

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 24 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.684

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Valdir Cobalchini
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Valdir Cobalchini
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Ada Faraco De Luca
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 020ª Sessão Ordinária realizada em 19/03/2014 2 Ata da 021ª Sessão Ordinária realizada em 20/03/2014 13</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação 20 Ofícios 20 Projetos de Lei 20 Redações Finais 24</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do grupo de servidores e associados da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - Fatma. Sejam bem-vindos a este Poder.

Da mesma forma, registramos a presença do prefeito do município de

Iraceminha, Bruno Roberto Pan, que acompanha os motoristas que estão fazendo curso em Florianópolis buscando a qualificação para o seu trabalho. Boas-vindas, prefeito.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Luciane Carminatti, aqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio da Assembleia ou aqui presentes nesta tarde de terça-feira, especialmente servidores e servidoras da Fatma - Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Parabenizo vocês pelo movimento, dizendo que estamos solidários com a pauta. Concordamos e somos defensores que o estado invista mais nos serviços públicos essenciais, inclusive na Fatma.

Não é possível que tenhamos uma política de governo ou de estado, que deveria ser de estado, que leva uma instituição com a importância da Fatma a praticamente falir, deixando para o futuro a perspectiva de que talvez o estado tenha que contratar empresas privadas para fazer o serviço que só pode ser feito pelo estado.

Como já falei no outro dia em que vocês estiveram presentes, na sanidade animal

o governo privatizou a fiscalização, e esperamos que não exista um plano macabro de fazer a mesma coisa com a Fatma.

Então, a nossa solidariedade, parabenizando vocês pela luta de resistência e também pelas reivindicações salariais que são absolutamente justas. Aliás, os servidores do último concurso foram embora justamente porque a política salarial não é atrativa para uma função tão importante e que exige tanta qualificação.

Parabéns a todas e todos!
(Palmas)

Quero, nesta tarde de terça-feira, trazer um assunto sobre o qual nós já falamos aqui em outras oportunidades, desde 2007. A Ponte Hercílio Luz, que agora voltou para a pauta. Aliás, a cada período pré-eleitoral a Ponte Hercílio Luz volta para a pauta.

Sempre no mês de março, deputada Luciane Carminatti, a ponte é pauta do governo do estado. E sempre no mês de março, a cada quatro anos se promete que naquele ano, até o final do ano vão entregar a Ponte Hercílio Luz restaurada e, inclusive, para transitar veículos, automóveis. E faz ¼ de século que não é possível sequer caminhar em cima da Ponte Hercílio Luz.

Evidentemente que este assunto é do maior interesse da sociedade. Há alguns anos alguém chegou a falar que implodir ou derrubar a ponte seria mais econômico. Portanto, seria

uma proposta interessante, e eu já falei à época que o governo de plantão e o prefeito de plantão que se a ponte cair nunca mais serão eleitos para síndico, com todo respeito aos síndicos, porque é o símbolo maior do estado de Santa Catarina.

No Brasil só existe esta ponte com aquela tecnologia, como é moda citar o que se tem nos Estados Unidos, mas lá estão desmanchando essas pontes, lá têm centenas talvez milhares dessas. No Brasil existe uma aquela ali que tem toda uma história e evidentemente precisa preservar mesmo que seja apenas um monumento histórico.

Mas a realidade é possível garantir que aquela ponte seja utilizada para melhor, aliviar a mobilidade urbana da Grande Florianópolis para fomentar, inclusive a indústria do turismo que tanto se fala e tanto se gasta dinheiro e diz que o turismo traz dinheiro, mas cada evento turístico que tem nesta Ilha o governo disponibiliza milhões.

Então não sei se vem mais dinheiro ou se gasta mais dinheiro com turismo por aqui. Dinheiro público, evidente.

Ainda no ano passado fomos procurados pela sociedade civil de Florianópolis que queria falar sobre a ponte, e conseguimos com a aquiescência dos líderes trazer um representante da sociedade civil para usar esta tribuna por dez minutos. Além de querer saber o que está acontecendo, quanto está sendo investido na Ponte Hercílio Luz, aquele cidadão sugeriu que a Ponte Hercílio Luz passe a ser patrimônio da união, tombada pela união, e que a restauração, a manutenção e sua guarda seja feita pelo exército brasileiro.

Nós, refletindo a proposta, fomos inclusive numa audiência com o general comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, e ele muito simpático disse que o Exército está à disposição da sociedade e da Presidência da República, mas que a iniciativa precisa ser dos órgãos do governo estadual e do governo federal porque não é o Exército que vai se meter nessa discussão, a não ser que seja chamado pela autoridade competente, no caso, a Presidência da República, e não aconteceu.

Aproveitando o ensejo, encaminhamos um requerimento aprovado neste Parlamento, ao Tribunal de Contas perguntando quanto que o governo do estado de Santa Catarina tem gasto com a Ponte Hercílio Luz nos últimos dez anos. E o Tribunal de Contas, já no semestre do ano passado muito diligentemente respondeu, e passo a informar as informações acerca dos gastos para a manutenção, restauração da Ponte Hercílio Luz.

(Passa a ler.)

“Contrato n. 123/2002, no valor de R\$ 3.625.494,87 (preço da época), objetivo: manutenção das cabeceiras e viadutos de acessos;

Contrato n. 239/2005, no valor de R\$ 144.999,08 (preço da época), objetivo: manutenção das cabeceiras e viadutos de acessos;

Contrato n. 015/2006, no valor de R\$ 12.487.834,15 (preço da época), objetivo: manutenção das cabeceiras e viadutos de acessos;

Contrato n. 264/2008, no valor de R\$ 44.412.322,49, com reajustes, contratada: Consórcio Florianópolis Monumento, o atual, e R\$ 38.191.310,05 (preços iniciais); objeto: restauração e recuperação da Ponte Hercílio Luz, contrato em execução.

- Contrato n. 170/2006 - Contratada: Consórcio Prosul/Concremat (2006 até hoje) - R\$ 14.072.894,40 - Objeto: Supervisão e Apoio à Fiscalização da Restauração.”

Então, temos aqui mais de R\$ 100 milhões gastos para manutenção e restauração das rampas e dos viadutos de acessos à ponte Hercílio. São mais de R\$ 100 milhões para manter os acessos a uma ponte que não tem acesso há um quarto de século. E, desse valor, R\$ 14 milhões são para supervisionar a fiscalização, ou seja, o governador do estado com o dinheiro público pagou R\$ 14 milhões para alguma empresa supervisionar a fiscalização.

Se eu entendo alguma coisa de serviço público e de administração pública, a fiscalização compete ao governo. Aí o governo contrata uma empresa para supervisionar por R\$ 14 milhões! E a ponte continua ali no cai, mas não cai. Agora estamos a seis meses da eleição, com a promessa de que será possível passar de carro sobre a ponte. Eu duvido. É mais uma peça de propaganda.

Estou sugerindo e propondo que esta Assembleia instaure uma comissão parlamentar de inquérito para que possa informar a sociedade sobre o rumo dos R\$ 113 milhões que o governo gastou com a ponte Hercílio Luz nos últimos dez anos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sandro Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e Rádio Aleisc Digital e servidores da Fatma que se fazem presentes, parabeno-os pela persistência na sua causa. Precisa ser assim mesmo. Apenas com muita luta para se obter as conquistas necessárias. Entendo um pouco a situação de vocês.

Fui presidente de um órgão que também fazia a fiscalização no estado, o Deter. E houve uma dificuldade tremenda com relação aos servidores que passaram no concurso em 2009, com nível superior, que quando começavam a trabalhar desistiam porque a realidade salarial não era viável. Essa busca de vocês por condições melhores de salário é louvável.

(Palmas)

Gostaria de falar um pouco sobre um projeto de lei que apresentei e foi apreciado pela comissão de Constituição e Justiça, que foi arquivado. Existe uma lei no estado que proíbe o uso de celulares na sala de aula, mas, com o advento das redes sociais, os *smartphones*, os celulares passaram a ser cada vez mais utilizados nas salas de aulas, não para estudo, mas para ficar no *facebook*, no *youtube* e assim por diante.

Então, o que o meu projeto de lei dizia é que mesmo sendo proibido o professor ficaria encarregado, no início da aula, de pegar os celulares para ficar sob sua custódia e no final da aula devolveria aos alunos. Mas a comissão de Constituição e Justiça entendeu que não cabe ao professor ficar com os celulares sob sua custódia, sob sua responsabilidade.

Depois, conversando com os diretores de escolas, com os professores, eles disseram que realmente seria complicado.

Quando fui professor de Física eu tinha a prática de pedir aos alunos para deixarem em cima da minha mesa os celulares, enquanto eu dava aula. Só que os diretores alertaram, pois poderia dar problema ao devolvê-los, como arranhões, visores quebrados, gerando reclamações etc. Realmente é uma questão complicada.

Qual a reflexão que temos que fazer com relação à questão dos celulares hoje em sala de aula? Praticamente, todos os alunos

estão chegando com *smartphone*, quase todos têm, de última geração ou não.

Qual é o papel do estado nesse sentido? Quando eu fiz o projeto imaginei dar salvaguarda ao professor, para garantir que ele pudesse dar uma boa aula, garantir que todos os alunos tivessem a sua atenção direcionada para o professor.

A reflexão que fazemos é que o estado se preparasse para isso. Se o estado tivesse aplicativos, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é conectado nessas tecnologias, se o estado criasse aplicativos de leitura, onde o professor pudesse orientar o aluno através de aplicativos direcionados às matérias, aos livros, com áudios, o aluno poderia usar aquela ferramenta que já tem para poder aprender ainda mais. Os professores e alunos poderiam interagir nesse sentido. Já existem essas tecnologias, aplicativos com uma série de palestras que se pode ouvir para aprender mais.

Ontem, no *Jornal Nacional*, passou uma reportagem explicando que já existem empresas que criam aplicativos para pré-vestibulares, para cursinhos. A pessoa baixa o aplicativo, um pacote, conforme o que ela adquire, para aprender matemática, geografia, física, química. Seria bom que o governo do estado também se modernizasse nesse sentido e desse esse auxílio à secretaria da Educação para a criação de aplicativos onde os alunos e professores pudessem interagir, com baixo custo, porque os alunos já chegam em sala de aula com os aparelhos modernos.

Então, fica a nossa sugestão. Já enviei ontem uma indicação, um requerimento ao governo do estado, à secretaria de estado da Educação, para que busque formas para a criação desses aplicativos para serem utilizados em sala de aula junto com os alunos.

Outra questão é sobre um projeto de minha autoria, na verdade dois projetos, e um a deputada Ana Paula Lima está relatando e pediu para pensar, que diz respeito à publicidade no estado, com relação à presença de negros nas campanhas publicitárias do estado. Qualquer pessoa que abra o jornal hoje, que ande pelas rodovias, que assiste à televisão, perceberá que são pouquíssimas as participações de pessoas negras, afrodescendentes, nas campanhas publicitárias.

Assim, se vocês puderem perceber isso, verão que são pouquíssimos, e os negros no estado de Santa Catarina são um milhão de pessoas que consomem, fazem compras. E por que os mesmos não podem aparecer nas campanhas publicitárias do estado, por que não podem aparecer nessa quantidade enorme de *outdoors* nas rodovias? E vemos pouquíssimas pessoas presentes nessas campanhas publicitárias.

Pediremos uma audiência pública para chamar o governo do estado e as agências publicitárias para que as campanhas publicitárias do estado tenham maior presença de negros. E queremos saber qual é o motivo da não presença em número maior de negros nas campanhas publicitárias no estado, já que os mesmos são consumidores, compram casas também e não participam dessas campanhas publicitárias.

Há pesquisas da USP que dizem que as empresas não inserem mais negros nas campanhas publicitárias porque o negro sempre foi ligado a coisas ruins. Assim, queremos saber se realmente é isso. E se não tiver um motivo claro para isso, queremos que os negros, já que somos um sexto da população no estado, façam parte, pois é um campo de trabalho. E quando a criança e o jovem negro não se veem no *outdoor*, no encarte do jornal,

na televisão, imaginam que aquele campo de trabalho ali não é para eles, que não podem trabalhar com aquilo ali também.

Então, esse nosso projeto visa esse debate para que possamos promover a inserção do negro no mercado publicitário.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença dos vereadores de Ipumirim, srs. Gilson Conte, Ademir Falabretti, Claudiomiro Cerutti e Marilete Bortoli. Sejam bem-vindos a esta Casa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Da mesma forma, cumprimento também os funcionários da Fatma que se encontram neste plenário.

Registro a presença do vereador do município de Tijucas, sr. Paulo Sartori, bem como de Marli da Silva, sua assessora de gabinete, que vêm a esta Casa buscar informações necessárias para o referido município e estão aqui assistindo à presente sessão.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência deseja as boas-vindas e registra a presença do sr. Jaime Sottoriva, da empresa Goldembras - Sicovi, e do jornalista do jornal *Notícias do Dia*, sr. Paulo Clovis Schmitz. As boas-vindas aos nossos visitantes.

Também registramos a presença do excelentíssimo sr. prefeito em exercício do município de Major Gercino, Nezio Fernando Dellagnolo. Seja bem-vindo a esta Casa.

O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, saúdo todas as lideranças aqui presentes.

Eu estava ouvindo atentamente a manifestação do deputado Sargento Amauri Soares e quero dizer que concordo com s.exa.

Eu acho que a Ponte Hercílio Luz vai ter que, por conta própria, um dia fazer um benefício ao estado de Santa Catarina, e um dia ela tombará. Ela é um símbolo. Mas será que a população, os servidores, os cidadãos, estão mais preocupado com a ponte ou com a questão salarial, ou com a questão da saúde pública, com a questão do investimento na educação, ou com os milhões que são gastos para manter essa ponte?

Também tenho minhas dúvidas se vão transitar alguns veículos por ela. Mas se transitarem, penso que será um risco.

Nós precisamos pensar em uma ponte que venha atender à necessidade da mobilização caótica que enfrentamos hoje.

Quase todos os dias vou a Balneário Camboriú, e para ir levo de 35 a 40 minutos. E passando pelo Shopping Itaguaçu para entrar na via expressa e chegarmos aqui na Assembleia Legislativa, são de cinco a seis quilômetros, demoramos uma hora e meia, duas horas.

Então, concordo com o seu posicionamento com o que estão sendo gastos nesta ponte. A Ponte Hercílio Luz tem a sua história, tem a sua representação. Mas as pessoas têm que ter história, gratidão, mas com seres humanos.

Acho que não vale a pena o gasto da Ponte Hercílio Luz, pelo que ela custa para os catarinenses. Eu acho que o custo é muito elevado. Comungo desse pensamento, temos que deixar de investir. O problema é que os próprios governos dizem, no interior, que ficam embretados, como se fosse num rodeio. Aí vêm aqueles cobrar e perguntam por que não está sendo feita a manutenção, porque vai cair, porque não sei mais o quê. E vão querer um dia crucificar o governador que está no cargo no momento em que acontecer algum problema maior com a ponte. Vejo que se ela cair e não machucasse ninguém era o melhor que poderia acontecer, para começarem a construir uma nova ponte que não levasse tanto dinheiro dos catarinenses, que não prejudicasse financeiramente tanto o nosso estado.

Faço esse registro e concordo com a posição de v.exa.

Ontem, aprovamos, foi assinada nesta Casa, uma moção. E com todo respeito que tenho, assinei essa moção, porque somos todos favoráveis a investimentos no estado de Santa Catarina, que se faça o melhor por sua gente, por sua população, mas aprovamos um documento para incluir no PAC a verba para a BR-282, em Xanxerê, porque é um desrespeito para com a população de Xanxerê e para com a população do estado de Santa Catarina. Por quê? Porque aquela obra já iniciou, já recebeu investimentos, já está há dois anos parada. E no último contato que tivemos com o diretor do DNIT a informação era de que a obra seria reiniciada em outubro de 2013. E agora precisamos incluir as obras dessa rodovia no PAC, porque não tem recursos previstos para essa obra. Isto é um absurdo!

Então, eu peço para a assessoria colocar em vídeo as fotos da BR-282.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Não é uma obra que tem que começar novamente, que tem que se incluir no PAC, se fazer projeto. A Câmara de Vereadores de Xanxerê já fez algumas manifestações. A população da cidade tem levado suas reivindicações para Brasília, pois é uma rodovia importante no estado de Santa Catarina.

Estamos vindo na apresentação do vídeo o leito principal da rodovia. À direita vemos o desvio que foi feito na estrada, mas há dois anos essa rodovia está nessa situação.

Deputado Padre Pedro Baldissera e deputada Ana Paula Lima, vejam o viaduto iniciado, a obra parada, completamente abandonada. Então, não temos que buscar verba no orçamento para continuar a obra dessa rodovia, temos, sim, que encontrar solução emergencial. O governo federal tem que encontrar uma solução urgente.

É inadmissível o que está acontecendo. Havia uma rodovia precária que cruzava todo o perímetro urbano. Iniciaram uma obra, fizeram um viaduto, mas agora a obra está completamente abandonada.

Ontem, o presidente da Câmara de Vereadores de Xanxerê esteve nesta Casa cobrando do governo do estado a conclusão dessa obra. Não podemos levar para o lado político quando se trata de obra, de saúde, de educação, de segurança, temos que cobrar de quem tem a responsabilidade de fazer os investimentos.

Não adianta politicamente trazer, cobrar responsabilidades para quem não tem a responsabilidade. Essa obra da BR-282 é do governo federal. E à frente dessa obra da BR-282, mais ou menos 30k, tem um novo acesso a Chapecó, e o governo federal está investindo nesse acesso, a obra já está quase pronta. Vai ser uma obra importante e grandiosa para aquela região.

Então, é inadmissível que os catarinenses tenham que esperar tanto tempo pela execução da obra da BR-282; por isso, foi aprovada nesta Casa uma moção pedindo que o governo federal inclua no PAC a conclusão dessa obra, mas não dá para esperar tanto. Imagine, incluir no PAC, incluir no orçamento, para novamente recomeçar a obra.

Então, é urgente que a Câmara de Vereadores de Xanxerê, junto com a Associação Comercial, também nós deputados, irmos juntos até o governo federal e cobrar efetivamente uma resposta imediata para a conclusão da BR-282. Não é incluir no PAC, é executar a obra no que for necessário, porque não é uma obra do estado, é uma obra que pertence ao governo federal.

O estado de Santa Catarina tem sido grato à presidente Dilma Rousseff, pelos recursos que tem repassado, pela parceria com o governador Raimundo Colombo, isso temos que reconhecer. E nem sei se a presidente Dilma Rousseff tem conhecimento do descaso que está havendo com uma obra federal como esta, porque muitas vezes o governador ou o presidente estão em seus gabinetes achando que a obra está acontecendo e no caso da presidente ela tem projetos no Brasil inteiro para administrar e, infelizmente, aqueles que deveriam controlar a execução da obra, da solução do problema, não estão fazendo.

Então, isso tem que ser levado ao conhecimento da presidente, para que através de uma licitação diferenciada possa resolver o problema, já que para a Copa do Mundo havia o sistema diferenciado de licitação, e essa obra necessita também de uma atenção diferenciada do governo federal.

Não dá para esperar mais, pois é uma obra que já começou, que parou. E ter todo trâmite como se fosse uma obra nova? Até porque o trajeto que existia foi destruído. Inclusive, no cruzamento urbano de Xanxerê fizeram um desvio precário, e agora a região e o estado sofrem com aquela situação.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de fazer algumas considerações, inicialmente, com muita alegria, pois na última sexta-feira, em nível nacional, a presidente Dilma Rousseff anunciou o Programa Ecoforte, e no seu total serão investidos R\$ 175 milhões, sendo que nesta primeira parcela estão sendo destinados R\$ 25 milhões para projetos que atendam à agroecologia.

Faço esse pronunciamento para registrar o grande trabalho que está sendo feito voltado para a questão da agroecologia e da produção orgânica no nosso estado, através de uma frente parlamentar que tem construído inúmeros debates pelo interior do nosso estado. Esse programa selecionará organizações que atuam na promoção da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica.

Isso se torna estratégico e louvável, tendo em vista que se trata de uma questão da vida das pessoas. É um programa que vai ao encontro da qualidade de vida. Quando se fala aqui da produção orgânica, fala-se da defesa da vida. Então, é um programa estratégico que vai ao encontro da dignidade do ser humano, da

peessoa e, ao mesmo tempo, do planeta, porque isso tudo se comunica e se relaciona com os diferentes setores e segmentos da sociedade.

O eco forte que é esse programa estratégico do governo federal integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que certamente vai dar apoio a projetos voltados à intensificação dessas práticas de manejo sustentável, de produto da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos da base agroecológica.

O valor máximo de cada projeto que será apresentado é de R\$ 1.250.000,00. Ao todo são 30 projetos que serão selecionados nessa primeira etapa. E como temos pelo interior do estado de Santa Catarina inúmeras iniciativas nesse campo da agroecologia e da produção orgânica, é preciso que as entidades, as organizações se movimentem, para que dessa forma possam garantir que esses recursos sejam investidos nessas iniciativas. Além de grupos, entidades, empreendimentos rurais, o recurso pode ser destinado a cooperativas, associações, que vão ter um prazo limite de até 24 meses para a execução do projeto.

Então, quero fazer este registro que julgo extremamente importante, porque é uma iniciativa estratégica de quem pensa o desenvolvimento sustentável e de qualidade da vida das pessoas, dos seres humanos e do planeta.

Gostaria também de aproveitar, deputado Dado Cherem, para dizer que fiz menção, no período da manhã, ao momento em que vive o nosso estado no que se refere à geração de empregos. Mais uma vez, de maneira especial, Santa Catarina, no mês de fevereiro, desponta com um saldo positivo de quase 28 mil empregos. São ao todo 27.891. E esse dado é importante porque dentro da média teve a melhor média geral de empregos no mês de setembro, de acordo com o levantamento do ministério do Trabalho e Emprego, que tem sido publicado no cadastro geral de empregados e desempregados no estado de Santa Catarina, que foi o segundo estado no *ranking* de geração de vagas no mês, atrás apenas do estado de São Paulo, que ficou no mês de fevereiro em primeiro lugar. Santa Catarina perdeu o posto porque no mês anterior despontava como sendo em primeiro lugar na geração de emprego.

O dado importante é quando vivemos uma situação de crise no contexto mundial, de uma maneira especial nos países da Europa. Nós, por outro lado, nos contrapomos a essa realidade com um saldo positivo na geração de emprego. E esse aspecto é extremamente importante quando se trata da questão do desenvolvimento e da qualidade de vida também do nosso povo.

Portanto, faço esse registro na tribuna, na tarde de hoje, dessas duas questões, a questão da agroecologia e a questão da geração de emprego no nosso estado.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. fez menção ao levantamento com relação à BR-282. Eu passo pela BR-282 basicamente toda semana, na extensão que vai daqui até a fronteira com a Argentina, e nós estamos acompanhando. Posso aqui relatar que muitas vezes ficamos indignados com aquela situação de Xanxerê.

Ao mesmo tempo em que nos colocamos numa situação de indignação perante a paralisação da obra, e não é isso que queremos e com toda certeza muito menos o próprio governo, ver o abandono por parte da empresa, isso é lastimável.

Ontem, fizemos várias ponderações sobre algumas penalidades para as empresas

que não cumprem o contrato, de não poderem ser recontratadas em qualquer um dos entes da nossa federação.

Quem sabe assim possamos, de uma forma ou de outra, libertarmos-nos dessa problemática que atrapalha a vida da população local e do nosso estado, por todos aqueles e aquelas que por lá passam, transitam.

Fizemos contato com a secretaria-Geral da República, através do ministro Gilberto Carvalho, e existe a iniciativa, a partir de um decreto da presidenta Dilma, que deve acontecer agora na próxima semana, de sermos incluídos, porque aquilo que foi dotado na conta do Orçamento já foi gasto. Nós precisamos complementar a dotação orçamentária para que aquela obra possa ser concluída.

Nesse sentido, incluindo-a no PAC II, com toda certeza teremos os recursos necessários para que possamos concluir aquele trecho da obra que perpassa a cidade de Xanxerê.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andriano, por até 14 minutos.

Antes, solicito aos deputados que estão nos seus gabinetes para que fiquem atentos, pois às 16h, na Ordem do Dia, estaremos votando vetos que precisam de quórum qualificado.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero citar com muito prazer a presença do vice-prefeito de Bombinhas, Paulinho, que faz uma bela parceria com a prefeita Paulinha. Eles estão fazendo uma excepcional gestão na cidade de Bombinhas, uma das melhores praias do Brasil.

O Paulinho também é da diretoria da Adotesc - Associação dos Despachantes - e vice-presidente da Associação das Autoescolas do Estado de Santa Catarina.

Paulinho, seja bem-vindo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Massaranduba, meu querido amigo Fernando.

Seja bem-vindo, Fernando, que está na capital, mais uma vez, em busca de benefícios para aquele município.

Um grande abraço.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria registrar a presença nesta Casa do prefeito Bruno Roberto Pan, do município de Iraceminha, encaminhando projeto junto com o governo do estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro.

Com a palavra o deputado Edison Andriano, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, não tenho nenhum prefeito nem vereador aqui para anunciar, mas gostaria de cumprimentar os deputados, as deputadas, cumprimentar v.exa., deputado Kennedy Nunes, que dirige esta sessão, cumprimentar os funcionários da Fatma, que estão aqui buscando as suas justas reivindicações.

Em relação a isso quero dizer que já tivemos a oportunidade de conversar com uma comissão e, inclusive, nesta semana participamos de uma reunião com o governador sobre a importância de se corrigir algumas distorções ou várias distorções no que diz respeito ao salário de profissionais desse órgão que é muito importante para Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, nobres srs. deputados, tenho acompanhado através da mídia, jornais e revistas desta semana, de circulação nacional, reportagens a respeito de que há um movimento no Brasil para se comemorar os 50 anos da ditadura militar, dia 30 de março. Como há também, deputado Ana Paula Lima, um grupo grande de brasileiros querendo fazer registro dessa data para que não aconteça mais aquele triste episódio de 30 de março de 1964.

Existem grupos de saudosistas que querem fazer de novo aquela famosa marcha de família com Deus pela liberdade. Eu presenciei isso com pouco mais de 19 anos, deputado Sargento Amauri Soares, e foi uma tristeza quando as mulheres saíam às ruas dando as suas jóias, os seus relógios de ouro, os seus brincos, as suas pulseiras, para arrumar dinheiro para quando bater os comunistas que queriam tomar conta do Brasil.

Aí tiraram o presidente da República, fizeram uma revolução, entre outras, demitindo o presidente da República, João Goulart, não pelos erros do Jango. O Jango sofreu o golpe de estado pelos acertos do Jango.

Sabe v.exa. que naquela época tive a oportunidade de participar de um encontro em Florianópolis, depois de seis, sete anos da ditadura, onde se encontrava o sociólogo, o escritor famoso Carlos Heitor Cony, que era gago, e perguntaram a ele se era possível fazer de novo uma marcha da família com Deus pela liberdade. Ele, na sua gagueira, respondeu: "que hoje, seis anos depois, seria uma marcha-ré."

Espero que hoje seja uma marcha-ré, porque não é possível que nós vamos rever aquele triste episódio, e quem conviveu com o movimento de 64 até mais ou menos 1982, 1983, final do governo Ernesto Geisel, quando tivemos a abertura política deste Brasil...

Nesta Casa tivemos deputados cassados, lá no Congresso Nacional vários deputados.

Tenho certeza de que alguns deputados lembrem-se do famoso discurso do deputado Alencar Furtado, quando reclamava e relatava a tristeza que passava as famílias dos perseguidos políticos no Brasil. Isso foi antes de 1969, quando ele se lembrava das viúvas dos "talvez" e dos órfãos dos "quem sabe", porque eles torturavam, prendiam, exilavam, e não sabíamos de que forma faziam isso. Agora mesmo, está-se descobrindo o algoz, o responsável pelo assassinato do deputado Rubens Paiva.

Foram momentos muito tristes, e vemos aí um grupo querendo resgatar aquele episódio para que voltemos a viver por aqueles terríveis momentos. Foram mais de 25 anos de ditadura. E provavelmente ninguém quer mais isso. Não a coisa melhor que a liberdade. Hoje a classe política passa por momento de desgaste, de problemas, mas quem escolhe os políticos é o povo. Então, é necessário fazer

uma campanha pela importância do voto para que tenhamos bons representantes. Agora, não há melhor regime do que a democracia, em que o povo tem o direito de escolher seus representantes.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, retornei para ouvi-lo, porque sempre traz assuntos importantes e esse é um tema bastante relevante, que merece o nosso aplauso.

Quero dizer que concordo com v.exa. É assustador termos, 50 anos depois, pessoas querendo reproduzir, mesmo que simbolicamente, a chamada marcha da família com Deus pela liberdade, aliás, usando Deus como cabo eleitoral de uma proposta fascista. Essa é a realidade, porque não teve outro cunho senão o cunho francamente fascista daquele período de 20 lamentáveis anos do Brasil.

Já falava na tribuna outro dia que existe no mundo o fenômeno do nazifascismo reerguendo a cabeça, na Ucrânia isso ficou claro. E isso chega aqui no Brasil. Recebemos nas redes sociais alusões de que o governo da Dilma representa um perigo vermelho. Tenho inclusive me indisposto com alguns companheiros, porque afirmam que o governo da Dilma representa um perigo vermelho, com o Afif de ministro, com a Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Indústria apoiando.

Olha, particularmente, eu acho - e não quero comprar nenhuma polêmica - que se o governo do PT representa algum perigo é de outra cor, não é dessa cor que estão falando. Mas existe essa vontade reacionária. Então, não tem nada de família, de Deus e muito menos de liberdade. Acho que se trata de um pequeno grupo reacionário de cunho fascista. Que não deveria falar em nome de Deus e nem de liberdade.

Agradeço o aparte, e acho que o nosso projeto para a Assembleia Legislativa restituir os mandatos caçados daqueles lamentáveis 20 anos morreu na casca, porque foi mandado de volta para a Mesa Diretora. Quem sabe daqui a uns 50 anos tenhamos uma solução.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Deputado, agradeço o aparte e faço um apelo à Mesa quanto a esse projeto para que possamos viabilizar uma sessão solene para devolver simbolicamente o mandato daqueles deputados injustamente caçados durante a ditadura militar.

Mas, sr. presidente, faço esse registro porque me revoltou quando vejo pessoas querendo resgatar essa marcha que não tem nada de Deus. Na época, a famosa TFP, um ala da igreja de extrema direita radical, comandava esse processo. Sabemos que foi uma revolução patrocinada pelos Estados Unidos, com a colaboração do famoso embaixador Lincoln Gordon. Trouxe momentos tristes na vida nacional.

Com muito orgulho fui preso em São Paulo, em Ibiúna, depois aqui também, várias vezes, mas foram momentos férteis da vida política, onde o idealismo prevalecia. E foi ali que surgiram grandes lideranças nacionais, como Fernando Henrique Cardoso, Lula, a própria Dilma Rousseff. Isso acabou caminhando em outra direção para enfrentar a ditadura.

Lembro-me bem que juntávamos a OAB, a ala mais radical da igreja, os sindicatos, a UNE que teve um papel fundamental naquele momento e hoje lamentavelmente vive atrelada ao governo, o que nos entristece, nós que

fizemos política estudantil. Mas acho que temos que registrar esse fato para que nunca mais aconteça não somente no Brasil, mas em toda América Latina - revoluções que na realidade não foram revoluções.

Aquela nossa foi um golpe de estado, onde os militares mandaram ditatorialmente sob o poder da força durante muitos anos. Perdemos muitos amigos, tivemos muitos exilados, muitos torturados e mortos. Nesta Casa, tive a oportunidade de conviver, inclusive estive preso comigo, com o ex-deputado, saudoso companheiro Roberto Mota que morreu em consequência das torturas que sofreu aqui no DOI-CODI de Santa Catarina. Então, acho que todos esses fatos fazem com que tenhamos que fazer o contrapeso.

Se vai ter uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e temos uma comissão da Verdade nesta Casa, quem sabe possamos fazer um movimento para lamentar aquele triste fato acontecido em 1964.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Gostaria de fazer o registro da presença dos servidores da Fatma que de forma muito democrática, muito educada, vêm demonstrar a situação real dos servidores, no que diz respeito à questão salarial. Todos nós somos solidários a eles, porque nos últimos anos todos sabemos o quanto aumentou a atribuição e a responsabilidade sobre a questão ambiental, e a Fatma tem correspondido a todas essas demandas, no esforço especial dos servidores. Eles vêm aqui reivindicar legitimamente para que o governo olhe a situação salarial. Eu sei que no Centro Administrativo está em estudo uma proposta que ainda virá para a Assembleia Legislativa, neste mês de março. Com certeza esses servidores merecem e devem ter atenção não somente dos deputados, mas especialmente do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença dos nossos amigos de Trombudo Central, do vereador respeitosamente conhecido como Bicudo e das lideranças do município que estão presentes em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero me reportar ao assunto da parte da manhã com relação às drogas que nós comentávamos na Casa. Antes, porém, quero cumprimentar os servidores da Fatma que estão no plenário, hoje, mostrando a insatisfação com relação à situação em que se encontram. Sejam bem-vindos!

A Polícia Civil vai inaugurar amanhã a Delegacia de Combate às Drogas. Essa nova unidade vai funcionar no prédio da Central, na avenida Osmar Cunha, em Florianópolis. Nós

temos ainda um projeto para a diretoria de Combate às Drogas, que está parado. E aguardamos o encaminhamento para que possamos ter essa atuação em nível de estado.

A propósito do que falava o deputado Edison Andrino e o deputado Sargento Amauri Soares, essa marcha da família que está circulando nas redes sociais, marcha da família com Deus II - o retorno, será no sábado, com concentração à rua Bocaiúva, a partir das 15h, na frente do comando da 14ª Brigada da Infantaria Motorizada. E a intenção é fazer um painel pacífico, pedindo a intervenção militar no estado brasileiro. Não serão permitidos símbolos de partidos nem mascarados, apenas a bandeira do Brasil.

Com todo respeito que tenho pelas pessoas que irão lá, pela intenção, e não vivemos em plena democracia e não acho interessante radicalismo nem de esquerda nem de direita. Isso para mim é um radicalismo de extrema direita.

Tenho acompanhado e assistido muito radicalismo de extrema esquerda e também radicalismo de extrema direita. Não é bom para nós brasileiros que somos pacíficos e queremos paz, a nossa família também, começarmos a assistir o levante de radicais de esquerda ou de direita, isso não é bom para ninguém nem para a sociedade brasileira.

Em relação ainda ao que foi comentado sobre a Rússia, da anexação da Crimeia, também tem duas vertentes e duas interpretações para esse fato. Muitos interpretam que há um evidente autoritarismo por parte da Rússia que promoveu uma invasão armada no país vizinho, sob o pretexto de proteger os cidadãos de origem russa depois que o governo da Ucrânia foi derrubado pelo voto popular, com o apoio do ocidente, e muitos estão entendendo que isso é uma intervenção absurda.

Pergunto aos senhores, a Crimeia foi entregue para a Ucrânia em 1954, pelo soviético Nikita Khrushchov. A Crimeia antes era da Rússia e a partir de 54 começou a fazer parte da Ucrânia. E essa parte da Crimeia, com cerca de dois milhões de habitantes, 95% deles são de origem russa e falam o idioma russo. Lá na Crimeia tem uma base militar da Rússia e, agora, com esse levante que teve em função do problema de aceitar em fazer parte ou não do mercado comum da União Europeia, aquela parte da Crimeia não aceitou, mas a outra fez a revolução toda, derrubaram presidente e tudo mais.

E o que aconteceu? A Crimeia pediu socorro para a Rússia, porque são todos russos ali. O Parlamento fez um referendo, e 99% da população aceitou e quer ser anexada à Rússia. Depois do referendo pediram ajuda à Rússia que imediatamente aceitou. Tem lá base militar, conterrâneos.

Evidentemente que se não fizesse isso seria uma traição; se não estendesse o braço à Crimeia e não dissesse que cuidaria deles, aí sim seria uma traição. Mas se são os Estados Unidos - isso que sou democrata, capitalista, e se tem um lugar que gosto de ir é os Estados Unidos, lugar que mais gosto de ir quando posso é Nova Iorque - que fizessem isso para uma nação vizinha deles, onde tem uma base americana e tudo mais, estaria tudo bem. Está tudo certo. Quer dizer, metem o bedelho lá no outro lado do mundo, que não tem nada a ver com eles, num país eminentemente russo, de cultura russa, aí a Rússia está passando a ser o país que está trazendo a guerra fria para o mundo.

Então essas coisas têm dois pesos e duas medidas.

O que lamento é que isso vai trazer novamente uma coisa que já vivenciei quando

eu era mais garoto, a chamada guerra fria. É uma coisa horrível, porque o mundo vive sob tensão, por causa de um intervencionismo não da Rússia, mas dos Estados Unidos, em um negócio que não tem nada a ver com o peixe. Essa é a grande verdade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Inscribi-me, porque também aguardo para ouvir o seu pronunciamento. Para ser muito sincero, eu esperava receber uma tijolada de v.exa., em virtude do meu aparte ao discurso do deputado Edison Andrino.

Quero dizer que fico feliz que nesses dois pontos nós dois estamos na mesma posição. E nessa questão da Ucrânia/Crimeia etc. estamos plenamente de acordo com a mesma leitura. É um perigo de se provocar uma guerra, uma imensa guerra, porque são duas potências nucleares, Estados Unidos e Rússia, por conta da divisão, da intervenção indevida dos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Uma intervenção indevida, metendo-se na conversa dos outros.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Se a Rússia fizer isso aqui na Colômbia, ou em qualquer outro país da América Latina, com certeza não terá a simpatia do governo dos Estados Unidos.

Então, precisamos observar a soberania dos povos, respeitar isso e ficar felizes por estarmos com a mesma posição em uma questão polêmica internacional aqui neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu afirmo e reafirmo que sou capitalista por opção, democrata por opção, na minha vida inteira, e serei assim até os meus últimos dias de vida.

Mas estamos assistindo muitas vezes à incoerência e àquele complexo de poder muitas vezes de nações que se mantivessem dentro dos seus parâmetros certamente o mundo não teria tantas guerras, tantos problemas como vivemos nos dias de hoje.

Infelizmente eu ia tratar de um assunto que é muito mais importante para nós do que falarmos da Crimeia. Refiro-me ao meu Projeto de Lei n. 226.6 que institui a coleta seletiva de medicamentos vencidos nas farmácias. Mas gostaria de ter mais um pouco de tempo. Então, à hora que for possível quero tratar desse assunto, porque embora seja um projeto simples vem ao encontro das necessidades das pessoas como um todo, nesse nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do advogado da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Fiesc, sr. Gustavo Selene, do excelentíssimo sr. prefeito do município de Trombudo Central, sr. Marcio Almeida, do excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Vereadores do município de Urupema, sr. José Eduardo Souza, do PMDB, do vereador do município de Urupema, sr. Jair Silva de Oliveira, e do sr. diretor de apoio da micro e pequenas empresas e do empreendedor individual da secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Carlos Alger.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, desejo iniciar o meu pronunciamento sobre alguns temas, mas não posso deixar de fazer o registro dos valorosos e competentes servidores da Fatma de nosso estado, que estão presentes nas galerias deste Plenário, e que com certeza querem sensibilizar o Parlamento catarinense.

A presença dos senhores e senhoras nos alegra muito, e queremos falar sobre o que já foi publicado.

A Secretaria da Fazenda e o governo do estado estão em fase final da definição da proposta para dar a gratificação por produtividade para os servidores da Fatma e do Imeto de Santa Catarina. Vocês merecem! Porque a Fatma cumpre o papel fundamental para o desenvolvimento de nosso estado, sobretudo na construção de um estado sustentável.

No ano passado estive com o secretário Antônio Marcos Gavazzoni, e era para termos dado essa gratificação por produtividade, o que não aconteceu, e o secretário me autorizou e eu vi, deputado Aldo Schneider, que é líder do governo, quando anunciamos nesta tribuna que este ano seria resgatada essa pendência com relação aos servidores da Fatma.

Portanto, sejam bem-vindos a esta Casa.

Sr. presidente, quero citar a presença do sr. Murilo dos Santos e do Paulinho, vice-prefeito de Bombinhas. O Murilo dos Santos é o presidente do Sindicato das Autoescolas de Santa Catarina e vice-presidente da Federação Nacional das Autoescolas, deputado Gilmar Knaesel, pois sei que v.exa. também está trabalhando nesse tema. Enfim, o dr. Murilo é líder desse segmento e tem defendido com inteligência, com coragem, há muitos anos, o sindicato e a federação das nossas autoescolas que fazem um trabalho de excelência no estado de Santa Catarina, preparando os nossos condutores.

No ano passado, sob a liderança do presidente Murilo e outras lideranças, tivemos reuniões com o secretário da Segurança Pública, César Grubba, e conseguimos apresentar sugestões para alterar o edital de licitação das autoescolas, sugestões que diziam respeito às mudanças na pontuação para os instrutores e diretores por ano de atividade. Sugestão que foi apresentada e acatada para diminuir a pontuação dos veículos, para valorizar o corpo técnico das autoescolas. E a outra sugestão que foi acatada pelo secretário Grubba foi a de manter e garantir a manutenção das autoescolas nos municípios onde já estão atuando e prestando serviços.

Então, essas mudanças estavam bem encaminhadas, mas houve uma decisão judicial, mas estamos aguardando a decisão de Brasília, e esperamos que essa decisão possa garantir a constitucionalidade da Lei n. 13.721 que foi aprovada por este Parlamento e sancionada pelo governo do estado, porque se assim acontecer vamos dar sequência à licitação das autoescolas.

Agora, se a lei for considerada inconstitucional, deputado Sandro Silva e deputado Mauro de Nadal, com certeza Santa Catarina vai virar um caos, porque centenas de autoescolas, de forasteiros, estarão adentrando em nosso estado, o que com certeza poderá precarizar o oferecimento desse serviço de formação de condutores no nosso estado.

Portanto, presidente Murilo, vice-presidente Paulinho, senhores e senhoras,

podem contar com o Parlamento catarinense. Sempre daremos apoio às organizações, às instituições que prestam serviço de excelência e de qualidade ao nosso povo, à nossa gente. E no que diz respeito às autoescolas não é diferente.

Sr. presidente, quero também falar um pouco a respeito da nossa universidade Udesc. Vejo aqui o nosso magnífico reitor Antônio Heronaldo de Sousa e o pró-reitor Gerson Lagemann, que juntamente com outros pró-reitores e com a direção técnica realizam como sempre um excepcional trabalho na gestão da nossa universidade, que se tem constituído há muitas décadas num polo de irradiação de ciência, tecnologia e extensão.

Ouso afirmar aqui, sem medo de errar, magnífico reitor, que Santa Catarina tem o IDH mais elevado do Brasil, que é equivalente ao dos países desenvolvidos da Europa, por muitos motivos e um deles, sem dúvida alguma, é o trabalho sério, comprometido, inteligente, corajoso e, sobretudo, técnico que a universidade do nosso estado desenvolve há muitos anos.

Parabéns pelo trabalho! O Parlamento catarinense sempre foi generoso e sensível aos pleitos da universidade e não poderia ser diferente, porque a nossa instituição de ensino é um exemplo e um orgulho para todos nós.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Nobre deputado, não poderia deixar de registrar que estive há poucos dias fazendo uma visita ao nobre reitor da Udesc. E ele me contava todo conteúdo que a nossa universidade, em uma pesquisa nacional, ficou em 4º lugar no Brasil inteiro. Quer dizer, entre todas as universidades estaduais, de todos os estados da nossa federação, a Udesc ficou entre as quatro melhores universidades estaduais do país. E isso é um orgulho, como disse v.exa. para nós catarinenses.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte de v.exa.

Só para informar ao magnífico reitor e aos servidores da Udesc que os pleitos apresentados no que diz respeito ao plano de carreira, ao aumento salarial e à questão do *ticket* da universidade estão sendo analisados com muito carinho, com muita sensibilidade e com muita responsabilidade pela secretaria da Fazenda e pelo governador Raimundo Colombo.

Sr. presidente, quero também fazer menção a um tema que tem sido recorrente na imprensa catarinense e nacional, que diz respeito à obesidade, pois muitas pessoas ainda acham que a obesidade é só um problema de estética, quando na verdade é um grande problema de saúde pública.

Escrevi um artigo no jornal *A Notícia* sobre esse assunto, e temos alguns dados que nos assustam. Cinquenta por cento da população do nosso planeta está com excesso de peso, e sabemos que os problemas vão do sedentarismo à alimentação e outras questões.

Sr. presidente, fomos tomados de surpresa quando nos deparamos com a Portaria n. 425, do ministério da Saúde, deputado Dado Cherem, v.exa. que foi secretário da Saúde.

Deputado Dado Cherem, v.exa. que foi, na época, secretário de estado, nos ajudou muito. Estou me lembrando agora que quando estivemos no seu gabinete há cinco, há seis anos ou há mais tempo, v.exa. era secretário de estado e nos ajudou no credenciamento do Hospital Regional de Joinville, que faz 16 cirurgias bariátricas por mês.

A Portaria n. 425, do ministério da Saúde, determina que os pacientes pós-

operatórios da cirurgia bariátrica devam ser atendidos somente no período de um ano e meio, ou seja, 18 meses após a cirurgia, no ambulatório do hospital, na rede de postos de saúde do município.

Deputado Kennedy Nunes, isso é um absurdo! Eu fui à reunião do Assobesimor, de Joinville, na Câmara de Vereadores. Estavam lá presentes 500 associados. Joinville tem mais de 600 pacientes pós-operatórios e esses pacientes não são atendidos após a cirurgia. Eles têm que ser atendidos, segundo a recomendação médica, científica, durante a vida inteira. E os pacientes de Joinville estão sendo atendidos no ambulatório do Hospital São José, que tem uma equipe multidisciplinar de 23 profissionais altamente qualificada, preparada para atender esses pacientes.

Por que eles têm que ser atendidos durante a vida inteira? Porque essa cirurgia é uma intervenção dura, drástica no organismo dos indivíduos e muitas vezes eles têm problemas de deficiência de proteínas, como sal mineral, ferro e tantas outras questões, e muitos pacientes pós-operatório acabam indo a óbito.

Então, nós não podemos permitir que esses pacientes de Joinville, de Santa Catarina e do Brasil, sejam jogados para os postos de saúde municipais das nossas cidades que não têm qualificação, que não têm condições nem estruturas para atender esses pacientes. Assim sendo, estamos diante de um grande impasse.

Portanto, nós já tivemos, sr. presidente, com o senador Luiz Henrique, junto com o vereador Manoel Francisco Bento, de Joinville, para tratar da possibilidade de revertermos essa portaria. Acredito que seja possível. Nós também já fizemos uma audiência com a secretária de estado da Saúde, Tânia Eberhardt, e com a secretária da saúde do município de Joinville, porque vamos precisar, em parceria com os estados e os municípios, constituir uma equipe multidisciplinar, um ambulatório altamente qualificado nas cidades onde os hospitais estão credenciados para fazer as cirurgias bariátricas, para que esses pacientes possam ser atendidos adequadamente durante toda a sua vida. Caso contrário, certamente iremos perder muitas vidas no estado de Santa Catarina.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Dentro ainda do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

Com a palavra a eminente deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero saudar o presidente do Sindemosc, Murilo dos Santos, grande representante e defensor das auto-escolas do estado de Santa Catarina, que está na luta contra aquele simulador que na verdade é uma enganação à população, e aproveitar para saudar o vereador Alessandro Simas, do município de Brusque, que está aqui presente, um grande líder, um dia será prefeito daquele município, da sua esposa Bia Bejjamin, o Luciano e todos eles que estão presentes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença das ilustres visitas que

estamos recebendo aqui na tarde de hoje anunciadas pelo deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, eu tinha preparado um pronunciamento envolvendo um membro do PCdoB que violou a disciplina partidária e resolveu assumir um cargo na prefeitura de Florianópolis. Mas vou reservar os últimos minutos para isso.

Já disse isso da tribuna e peço desculpas se os que estão aqui já me ouviram dizer que sou sindicalista do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho, e ficava muito indignada quando ia à Câmara Federal e um parlamentar usava da tribuna, as galerias cheias de servidores, entre os quais eu estava, e falava de todos os assuntos menos sobre as pessoas que estavam ali.

Então, em respeito a ser tratada como gostaria de ter sido tratada e não fui quando era sindicalista, dirijo esses primeiros momentos aos servidores da Fatma que estão aqui presentes e, a partir da presença deles e delas, a maioria inclusive mulheres presentes aqui na tarde de hoje, irei me pronunciar, sr. presidente, dizendo da profunda preocupação que enfrentamos hoje no serviço público do estado de Santa Catarina.

Várias categorias estão mobilizadas, as que já não estão em greve e sequer temos notícias da greve. Por exemplo, a secretaria de Assistência Social e Trabalho ontem fez parte da movimentação aqui dos servidores estaduais, e nós nem tínhamos notícia de que esses servidores estavam em greve.

Como eles mobilizaram também os trabalhadores da Segurança, os policiais civis, também os trabalhadores e trabalhadoras da Educação, que ontem fizeram uma grande assembleia, estão em mobilização...

Ontem ouvi um comentário dizendo que professor ganhando R\$ 1.300 é muito dinheiro. Se quer fazer dinheiro, deve ser corretor de bolsa de valores ou ter uma empresa de construção civil, que é tudo esquerdista quem faz greve.

A pessoa, às vezes, se confunde um pouco com o significado da luta genuína pelos seus direitos, e não tenham dúvida, colegas que estão aqui na tarde de hoje, só a luta modifica.

A história de todos os direitos inscritos em todas as Constituições, de todos os países do mundo, é a história dos que lutam. Nenhum direito nos foi concedido por benemérito, de uma forma espontânea. Todos eles foram fruto de luta. E digo isso também em relação a outro projeto que não diz respeito aos que estão aqui hoje, enquanto servidores, mas enquanto cidadãos e cidadãs, que é a votação que vamos ter do veto do governador acerca do aumento das taxas de cartório no estado de Santa Catarina.

Vejam, senhores, que a base do governo promoveu uma emenda, aprovou uma emenda que foi para o governador. Então, teve uma ampla mobilização, particularmente de algumas entidades do setor produtivo, e agora há unanimidade em acompanharmos o veto do governador.

Ora, se esta Casa, a unanimidade, até onde eu conheço, votou a favor dessa emenda em particular, a base do governo, que foi o próprio líder do governo que propôs essa emenda, é obvio que foi a mobilização das pessoas que mudou o panorama, mudou o voto desta Casa.

Então, nos mais diversos temas é a mobilização que garante, de fato, o que vai ser a história. Se os servidores públicos do estado de Santa Catarina hoje vivem o momento que

vivem, certamente é a sua mobilização que muda.

E ontem falava ainda na comissão presidida pelo deputado Mauro de Nadal, a comissão de Trabalho, exatamente da necessidade de a comissão poder intermediar esses conflitos.

É no âmbito da nossa comissão, e o presidente está aqui e sei que concorda com isso porque assim se manifestou formalmente perante a comissão, a comissão de Trabalho, que devemos pautar esses grandes temas, e tenho certeza de que toda a nossa comissão está aberta para ouvir a todos e a todas.

Falava ontem e reafirmo aqui que uma característica importante da greve dos servidores do estado de Santa Catarina é que eles não discutem apenas salário. No caso dos servidores da Educação nos trouxe a cruzada da educação no estado de Santa Catarina; do pessoal da Polícia Civil, em que condições, eles estão trabalhando e fazendo a nossa segurança; no caso da Fatma, em particular, mostra a fragilidade do sistema no estado, tanto quanto na liberação de licenças como no cotidiano da Fatma que tem uma tarefa extraordinária, uma tarefa essencial para o desenvolvimento econômico e sustentável do estado de Santa Catarina.

Portanto, na qualidade de integrante da comissão de Trabalho manifesto aqui o meu apoio, e que a nossa comissão possa ser um vetor que facilite a discussão entre os trabalhadores e trabalhadoras e o governo do estado de Santa Catarina.

(Palmas)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência registra a presença do sr. Carlos Haack Júnior, da Câmara da Construção Civil da Fiesc, e do assessor de Relações Institucionais da OAB/SC, Anselmo da Silva Livramento Machado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Este deputado fará uso da palavra, enquanto convoco o vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, presidente em exercício desta Casa, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores públicos que aqui comparecem, inclusive na sessão de hoje, logo após a Ordem do Dia que é muito pequena no dia de hoje, embora tenha matérias muito importantes para serem deliberadas, temos um requerimento assinado por todos os líderes, solicitando para os servidores abertura de um espaço de dez minutos para que possam se manifestar democraticamente na Casa dos representantes do povo catarinense.

Sejam bem-vindos à nossa Casa Legislativa!

Quero, sr. presidente, sras. e srs. deputados, ocupar mais uma vez esta tribuna para voltar ao assunto que segunda-feira e ontem, deputado Mauro de Nadal, foi tema de dois eventos importantes nesta Casa, que é ainda a questão dos desaparecidos.

Eu relatava, deputado Romildo Titon, que por ocasião da minha renúncia, quando passava o cargo a v.ex.a., dos assuntos todos da pauta. E estava definida nesta causa a questão dos desaparecidos, que a Mesa Diretora abraçou desde o ano passado e que é um tema que volta agora com força total, especialmente em função da Campanha da

Fraternidade que a CNBB instituiu para este ano. Também v.exa. havia assumido o compromisso de manter esse assunto em pauta permanentemente.

Assim, tivemos dois grandes eventos na segunda-feira, à noite, numa bela sessão promovida pelo deputado Padre Pedro Baldissera. E, ontem à noite, tivemos o lançamento do livro *Mortos sem sepultura*, de autoria do major Marcos Roberto Claudino, com a presença dos deputados Sargento Amauri Soares, Manoel Mota, Gilmar Knaesel, além de outros que lá passaram.

Para minha surpresa, deputado Sargento Amauri Soares, eu que estou nesta Casa há quase 16 anos já e que participei de vários eventos de lançamentos de livros, de eventos culturais, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que também já presidiu esta Casa, não me recordo de ter participado de um lançamento de livro tão concorrido e tão prestigiado como aquele evento promovido pelo major Marcos Roberto Claudino, pela Polícia Militar, em parceria com esta Casa.

Esse tema realmente está chamando a atenção da sociedade catarinense. E esta Casa continua fazendo a sua parte, vai continuar fazendo, deputado Sandro Silva, uma vez que fechamos também com a Associação Catarinense dos Clubes de Futebol Profissional uma parceria, deputado Mauro de Nadal. E já na rodada do quadrangular e do hexagonal, em todos os jogos, o material da campanha, a panfletagem, está sendo preparada pelo Chico, para na próxima rodada fazer inclusive a distribuição de todo o material informativo.

É a forma que esta Casa encontrou, em nome dos 40 parlamentares que a compõe, dos seus servidores, de fazer a sua parte para que um tema de tanta importância possa ganhar cada vez mais espaço do debate.

Deputado Neodi Saretta, tenho repetido sempre que o desaparecimento de três mil pessoas por ano em Santa Catarina significa o desaparecimento de um dos 108 municípios com menos de cinco mil habitantes que existem no estado. Mais de um terço dos municípios de Santa Catarina tem menos de cinco mil habitantes. Desaparecer três mil pessoas é como se um desses municípios desaparecessem, sumissem a cada ano. É um número que nos preocupa. E esta Casa está fazendo a sua parte desde setembro do ano passado, e vai continuar.

Ontem à noite tivemos esse importante momento aqui. Com o seminário que estamos programando, um grande evento que ocorrerá nos dias 07, 08 e 09 de maio, com a participação de diversas entidades, vamos conseguir que esta Casa mantenha um tema tão importante e debatido que precisa de uma ação corajosa como essa que a CNBB empreendeu, para que possamos minimizar o sofrimento de mães, de famílias que não sabem, como ouvimos depoimentos ontem, sequer em que condições se encontra o seu filho desaparecido, nem se vivo está, e não têm a oportunidade de dar uma sepultura digna, no caso daqueles que se foram.

Por isso é extremamente importante que esta Casa continue engajada como está. Estou muito satisfeito por termos iniciado essa ação que teve continuidade com o deputado Romildo Titon e que agora damos sequência, porque é uma causa desta Assembleia Legislativa.

Por fim, quero manifestar aos dirigentes, ao Tomazi, ao Lúcio Flávio, diretores fundadores do jornal *Diário do Sul*, de Tubarão, os cumprimentos pelos 20 anos de serviços prestados daquele importante veículo de comunicação para a região. Recordo-me quando iniciaram as atividades, pois foi quando iniciava

a minha vida pública política. E tive sempre uma relação próxima com o jornal. Temos uma relação de convivência de duas décadas. E quero cumprimentar todos os que fazem do jornal *Diário do Sul*, um importante veículo de comunicação de Tubarão, da Amurel e do Sul do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta presidência gostaria de registrar a presença do sr. presidente do Sindimóveis de Santa Catarina, sr. Antônio Mosar, e do vereador Lino Peres, de Florianópolis. E em seu nome quero convidar para as 18h, no plenarinho da Câmara Municipal de Florianópolis, o relançamento do livro Cruz e Sousa, do autor Wellington Farias Alves.

Passo a presidência ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) -

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.339/2014, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao PLC 0011/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que acrescenta o número 11, itens I a V e respectivas Notas na Tabela I - Atos do Tabelião, e altera a Tabela II - Atos do Oficial do Registro de Imóveis, da Lei Complementar n. 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Aldo Schneider, líder de governo.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, não votei na primeira vez, porque estava em missão desta Casa, mas quero crer que o governo, hoje, vai nos dar uma explicação do que aconteceu, porque submeteu, em particular, a sua base a um grande constrangimento de acompanhar uma emenda do líder do governo. Não é qualquer integrante da base do governo, é do líder do governo.

Sei que parlamentares já confidenciaram a outros colegas que não sabiam do alcance do que estavam tratando, na confiança que têm com as proposições do próprio governo. Digo isso, senhores, porque causa grande constrangimento a esta Casa perceber que a tendência desta Casa é acompanhar integralmente o veto do sr. governador.

A Casa recebeu o projeto, deliberou sobre ele e não se deu conta do que estava fazendo. Eu tenho a convicção de que o governo do estado deve uma explicação ao povo catarinense, a esta Assembleia Legislativa, sobre o risco de quebra de confiança, porque foi um dos muitos projetos que na pressa de vamos aprovar, porque é importante, entrou no meio uma emenda que absurdamente majorou as taxas de cartórios e agora não tem pai, não tem mãe. Parece que brotou da terra essa emenda, em vez de ter um processo, como seria legítimo que tivesse.

Portanto, aguardo, em nome da confiança que este Parlamento precisa ter com

o governo do estado, para saber o que aconteceu. Por que o líder do governo propôs a emenda? Por que o governo vetou a emenda do líder do governo? E por que nós não tivemos o conhecimento necessário da extensão dos efeitos da emenda em particular? E tenho certeza de que hoje vamos votar com unanimidade pela manutenção do veto do sr. governador.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a respeito das colocações da deputada Angela Albino, o projeto é do Tribunal de Justiça, e a emenda é de um parlamentar, de um líder do governo.

Isso aconteceu, deputada Angela Albino, porque apoiar o governo não significa concordar com tudo que o governo faz e vice-versa. O governo também não precisa concordar com tudo que o deputado apresenta. Então, acho que a divergência é salutar, e nós crescemos exatamente na divergência.

Acho até que pode ser um argumento, um motivo. votamos, não sabíamos, não conhecíamos, não lemos direito, enfim, pode ser um argumento, mas não é o melhor argumento. Vamos votar e, certamente, a maioria dos deputados, inclusive o líder do governo, pela manutenção do veto do governador, porque o projeto tem pontos importantes. Por exemplo, o Projeto n. 11/2013 reduziu os emolumentos em quase 50%, nos casos de escritura, inventário e divórcio para pessoas que possui bens até R\$ 300 mil. Nós poderíamos falar de dez pontos positivos do projeto, e esse é um.

É um projeto que neste ponto particular beneficia o pobre, o carente. Então, não é que o projeto é de outro mundo, de outro planeta, não é. O projeto tem correções. E acho que o Parlamento vai rever a posição.

Sendo assim, sabemos que em alguns momentos nas nossas vidas melhor do que acertar é reconhecer que errou, e estamos reconhecendo. Mas poderemos, sim, voltar a debater esse tema com o setor produtivo, que está presente nesta Casa, como, por exemplo, está presente o Fábio, da Ampí da Grande Florianópolis, e outras entidades, com os parlamentares, com mais tempo, com o TJ e com os cartórios. Por que não? Porque sabemos que tem cartórios e cartórios. Tem os cartórios que cumprem um papel social importante em Santa Catarina, que não têm aquele faturamento que estão dizendo na imprensa e tem os cartórios mais simples, menores.

Então, a minha posição, resumidamente, é de manter o veto do governador e que possamos debater esse tema e manter. Quem sabe se esse projeto voltar novamente com outra cara, com outro conteúdo para a Assembleia Legislativa, pontos que avancem e beneficiem a população carente de Santa Catarina... Sem dúvida alguma, existem esses pontos no projeto que foi aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Com a palavra, para encaminhamento, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, está me parecendo uma certa cidade que um certo prefeito diz que iria diminuir o IPTU para dois ou três e o resto cidade teria que pagar IPTU bem maior. E a Justiça tem sido rigorosa com isso no Brasil inteiro.

Faço do pronunciamento do deputado Darci de Matos, que não é o líder do governo, que foi quem propôs a emenda inclusive, mas consulto a Mesa e o líder, se desejar falar, portanto, sr. presidente, não é encaminhamento, é um pedido de esclarecimento, para saber se na emenda consta essa diminuição mencionada aqui para os mais pobres, mencionadas pelo deputado Darci de Matos, porque temos que ter certeza do que estamos fazendo. Tive a impressão, na fala dele, que a emenda tanto majora algumas como diminui outras.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Penso que o líder do governo na sua manifestação tratará do assunto.

Com a palavra, para discutir, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Srs. deputados, sras. deputadas, público aqui presente, gosto das coisas às claras e quando vem aqui algum voto, deputada Dirce Heiderscheidt, que damos aqui e que a rua cobra por conta da atuação da imprensa... Sou imprensa, sou jornalista, sei muito bem como é.

O meu professor da universidade dizia que não existia jornalismo independente. A partir do momento em que o repórter vai a um lugar, pega uma fonte, ele já fez a sua escolha, porque só existe uma verdade e vários fatos.

Estranha-me, com todo respeito, deputada Angela Albino, a sua posição, pois já tinha colocado todo mundo em cheque. E agora, depois da fala do deputado Darci de Matos, vem querer saber se é verdade ou não. Então, não tem conhecimento. Está tudo ali. Mas quero ajudar v.ex.a. e todos os srs. deputados. V.Exa. perguntou se é verdade que baixa ali 50%. Então não tem conhecimento.

Mas vamos lá. Vamos falar as verdades com relação a esse projeto. Fui cobrado na rua que nós erramos. E o que a comunidade pensa? Os deputados aumentaram as taxas em mais de 1.000%. Recebemos um monte de e-mails de uma cobrança, e perguntaram se erramos de novo, que estamos votando o que não sabemos o que é e o que não é. E digo que votei. Votei na emenda do deputado Aldo Schneider, porque estudei e vi as coisas que estavam acontecendo ali. E digo mais aqui, vou manter o meu voto contra o veto e vou mostrar por quê.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Vamos falar sobre os emolumentos dos cartórios que votamos aqui.

A questão da legalidade no art. 2, o veto diz que não é de competência nossa, porque isso seria dos municípios e na verdade não estamos instituindo nenhum tributo como ISSQN. A majoração dos emolumentos é de competência do estado de Santa Catarina e não dos municípios, nos termos da Constituição Federal.

O projeto que aprovamos aqui, com a emenda do deputado Aldo Schneider, fala em justiça social, porque na verdade o projeto como veio do Tribunal de Justiça não tinha justiça social. A emenda do deputado Aldo Schneider deu a justiça social. E foi aquilo que aprovamos ao reduzirmos emolumentos de quem tem menor capacidade contributiva e

aumentar os de maior poder econômico, além de outros ajustes pontuais.

É justo um cidadão que vai registrar a escritura de um imóvel pagar o mesmo valor de um incorporador que está registrando um prédio de 15 andares? É justo?

Aprovamos aqui a emenda que diz que o incorporador que vai registrar um prédio de 15 andares, que vale 15 milhões, vai pagar mais do que o cidadão que tem só um imóvel, que vale R\$ 100 mil. Foi isso que aprovamos aqui. O teto em Santa Catarina é de R\$ 1.040. Em São Paulo, para uma incorporação, é de R\$ 41.427. E no Rio Grande do Sul é de R\$ 38 mil. O que aprovamos aqui? Aprovamos que o incorporador que hoje paga R\$ 7,95 por um apartamento de R\$ 1 milhão vai pagar R\$ 70,00.

Aí é fácil a imprensa dizer que aumentamos o tributo em mil por cento. Claro, o camarada vai fazer um prédio de um milhão e paga R\$ 7,95. Qual é o problema de pagar 70?

É isso que aprovamos aqui, srs. deputados.

Eu não tenho vergonha de dizer que votei e vou manter o meu voto pelo veto.

Eu tenho responsabilidade com as coisas que eu voto aqui. O que são R\$ 70,00 para o incorporador pagar para registrar um apartamento que vai ser vendido por um milhão de reais?

Estou falando que essa taxa é de 0,017%.

Estão falando que estamos majorando?

Valores de registro de imóveis:

O valor do registro de imóveis daqui de Florianópolis, por exemplo, da Marinha, que são de R\$ 500.000,00, a prefeitura cobra R\$ 40.000,00, e o cartório cobra para fazer todo o registro 6%, cobra R\$ 1.040.

No custo da separação extraconjugal disseram que os cartórios vão ganhar muito dinheiro. Os honorários dos advogados, para assinarem escrituras e tabelas da OAB custarão R\$ 2.509,66. E o cartório com quanto fica? Ele fica com R\$ 26,00.

Falaram que os registros de assinaturas iriam aumentar. Mentira!

O Detran cobra R\$ 107,00 só para fazer um documento novo e vistoriar um veículo, na transferência.

O cartório tem que fazer a ficha padrão de alienante, do adquirente, conferir e arquivar os documentos, colher a assinatura digital, preencher, preencher o termo de comparecimento. E a responsabilidade civil? O cartório em qualquer erro ou fraude tem que pagar o valor do automóvel vendido. E sabem quanto ele cobra por isso, deputado Edison Andriño? R\$ 2,40.

Disseram que aumentamos o registro de assinatura somente para R\$ 20.000, por quê? Por que toda essa responsabilidade por R\$ 2,40? Ninguém fala que o Detran fica com R\$ 107,00. Ninguém fala que os advogados ficam com R\$ 2.500. E o que votamos aqui? Nós votamos a justiça social.

Deputada Angela Albino, na redução dos emolumentos, votamos aqui o art. 5º. Aí a escritura de inventário de um patrimônio de uma pessoa que morreu é de R\$ 50 mil. E hoje são cobrados R\$ 510. Com a nossa emenda, a emenda do deputado Aldo Schneider, a emenda que todo mundo votou aqui, que agora todo mundo está querendo votar contra, baixa para R\$ 260,00. Mas isso ninguém fala. O que estão dizendo por aí? Que ferramos o contribuinte, mas ninguém fala que estamos fazendo justiça social.

Por isso, tenho orgulho de vir aqui, e esperei todos falarem, sabe por quê? Porque na verdade nem todos tomam conhecimento

dessas coisas. E temos que ver aqui a votação em cima de uma tendência para cá e de uma tendência para lá.

O que foi divulgado? Que todo o reconhecimento de firma seria majorado para R\$ 13,00. Mentira! Vai ser como essa emenda do DUT, Documento Único de Transferência. E estamos falando hoje de R\$ 2,40 para que o cartório fique com toda a responsabilidade. E se eu for lá e tiver alguma fraude, o cartório vai ter que pagar o carro que eu vendi ou comprei.

Haveria também aumentos de 1.000% até em escrituras. Isso é outra mentira deslavada de quem quer tirar o valor do nosso trabalho ou no mínimo está querendo jogar para a população uma mentira.

O valor que os incorporadores pagam hoje por apartamento, esta é que é a verdade, em Santa Catarina, quando é construído um apartamento de alto padrão, pense em um apartamento de alto padrão em sua cidade, deputado Dado Cherem, por apartamento haverá uma taxa de R\$ 7,95. E vai ser vendido por quanto? Quanto vale um apartamento em média na sua cidade, deputado Dado Cherem? Vale R\$ 5 milhões, R\$ 6 milhões, R\$ 7 milhões?

Agora, os incorporadores virem cobrar de mim porque vão pagar R\$ 70,00 por algo que vão vender por R\$ 1 milhão? Isso não é possível! Nós estamos sendo cobrados como se estivéssemos ferrando a população.

O que esse projeto e a sua emenda, deputado Aldo Schneider, fez? Fez justiça social; é por isso que os grandes não querem. Mas não tenho compromisso com grandes; tenho compromisso com quem tem menor aquisição.

Para encerrar, sr. presidente, o art. 6º que vamos votar hoje, deputado Valmir Comin, sabe como é hoje? Se tenho um imóvel, deputado Edison Andriño, registro o imóvel e pago R\$ 1.040,00. E se eu comprar e for registrar o meu segundo imóvel, já não pago esse valor, vou pagar dois terços, isto é, 66% por esse registro. Por que quem tem mais imóveis paga um valor mais barato?

Então, o que aprovamos? Quem tem mais imóvel paga tudo. Se compra o terceiro imóvel, também paga tudo! Por que quem tem mais de um imóvel vai pagar menos? Por quê? Esse é o veto que vamos votar hoje.

Por isso, voto pela derrubada do veto, por entender que o meu voto foi dado com ciência, sabedoria e faz justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encerrar a discussão e encaminhamento, o eminente líder do governo, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, imprensa em geral, eu gostaria primeiro de agradecer a manifestação dos deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, no que tange o fato do conhecimento da emenda que foi construída nesta Casa.

Desde o primeiro momento sempre falamos que a única linguagem acertada é que houve um entendimento entre as comissões de mérito desta Casa, no sentido de acolhermos para o diálogo com as Associações Cartoriais de Santa Catarina. E a partir deste momento a Anoreg - Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, também a

Associação dos Pequenos Cartórios e outros representantes de cartórios de Santa Catarina nos procuraram e colocaram suas assessorias jurídicas, juntamente com a assessoria jurídica da liderança do governo, para que pudessemos construir um projeto que diminuísse, pelo menos, essa diferença exorbitante existente entre os emolumentos e as taxas cobradas no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Que nós tivéssemos algo próximo daquilo que já é praticado nesses estados.

Então, respondendo à deputada Angela Albino, esta emenda não nasceu da terra, não foi obra do Espírito Santo nem caiu do céu. É um projeto de origem do Tribunal de Justiça, que foi amplamente discutido nas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Serviços Públicos. Obviamente eu, na condição de líder do governo, fiz a emenda por entender que era um entendimento dos srs. presidentes das comissões que estavam analisando naquele momento esse projeto.

Logicamente que fizemos todo esse trabalho amparado na assessoria técnica das associações cartoriais de Santa Catarina. A partir do momento que este Plenário, pela maioria absoluta de quem estava presente, aprovou este projeto, ele seguiu para sansão do sr. governador. Como sempre os vetos têm a responsabilidade de serem analisados pela Procuradoria Jurídica do gabinete do governador e pela Procuradoria-Geral do Estado.

Houve alguns vícios na nossa emenda, que poderiam ser discutidos judicialmente. Por orientação da PGE o sr. governador proferiu o veto nos artigos que a Procuradoria entendia naquele momento que poderiam ser discutidos judicialmente. A partir do veto do sr. governador, conversamos com a sociedade catarinense organizada, através do Sinduscon, das Associações Comerciais Industriais, da Fiesc e assumimos um compromisso com a sociedade de Santa Catarina de que sobre esse assunto, neste momento, acataríamos os vícios apontados pela Procuradoria-Geral do Estado, mas que o assunto continuará na pauta desta Casa.

A partir do momento que mantermos o veto do sr. governador o assunto estará encerrado. Mas os deputados, liderados por mim, pois eu liderei todo esse movimento naquele momento de juntar opinião dos presidentes das comissões, vão procurar o Tribunal de Justiça, juntamente com a sociedade civil organizada, os sindicatos da construção, enfim, através de todas as entidades envolvidas neste processo, através também do Parlamento, e vamos voltar a construir um projeto para que os cartórios tenham efetivamente sua remuneração por aquilo que lhes é devido.

Quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes pela forma didática com que expôs para Santa Catarina o que efetivamente construímos, pois foi exatamente o que foi relatado pelo nobre deputado.

Então, para finalizar e para encaminhamento, quero dizer que vamos manter o veto, pois existe a decisão dos srs. líderes, dos srs. presidentes das comissões de manter neste momento o veto do sr. governador, com o compromisso de voltarmos com este assunto ainda neste semestre, para que com os atores envolvidos já citados no meu pronunciamento possamos construir um projeto que atenda aos cartórios.

Para conhecimento de Santa Catarina, sr. presidente, dos 584 cartórios existentes em Santa Catarina, 282 são deficitários. Então, a Casa que nós representamos tem que fazer alguma coisa. Esse item também precisa ser explorado e informado

à sociedade catarinense. Então, esse já é um assunto que temos que discutir nesse novo projeto de lei.

Então, para encaminhamento de votação, sr. presidente, mantemos o veto do sr. governador, voto um, e posteriormente voltaremos a discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Encerrada a discussão, em votação.

A votação será nominal.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" rejeita-o.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Foram 32 votos "sim" e um voto "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1342/2014, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 0504/2013, de procedência governamental, que institui o Programa de Redução de Despesas Correntes, Incremento da Arrecadação Previdenciária e Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa (Pro-Eficiência) na secretaria de estado da Administração (Sea), no Instituto de previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Aldo Schneider, líder de governo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento

de votação, sr. presidente. O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu solicito a v.exa. que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje este veto, porque nós estamos construindo, junto com a secretaria da Casa Civil e com a secretaria da Fazenda, a equação desse problema.

Então, solicito a v.exa., por gentileza, que retire este veto da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Por solicitação do eminente líder do governo, esta Presidência determina a retirada do presente veto da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s.: 103, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 104, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, e 105, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 168, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 169, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

Esta Presidência solicita ao deputado Nilson Gonçalves autorização para também subscrever o requerimento n. 169.

Continuando, deferimos ainda os Requerimentos n.s.: 170, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 171, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 172, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 173 e 174 de autoria do deputado Maurício Eskudlark, e 175, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Discussão e votação da Moção n. 0016/2.014, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e outras autoridades, manifestando apoio à Medida Provisória 638/2.014, que inclui a bicicleta e suas peças na lista de itens isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação do Pedido de Informação n. 0023/2.014, de autoria do deputado Volnei Morastoni, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à implantação das Leis Federais de n.s. 10.639/03 e 11.645/08 e a Resolução CNE 001/2004 nas redes oficiais de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, porém, esta Presidência comunica que recebeu dois requerimentos assinados por todos os líderes e, pela ordem de recebimento, farei a leitura dos mesmos.

(Passa a ler)

"Por acordo de Lideranças, os Deputados que abaixo subscrevem, com amparo no Art. 65, Inc. I, Letra 'i' do Pergaminho Regimental, REQUEREM a suspensão da Sessão Ordinária do dia 19 de Março, quarta-

feira, do corrente ano, pelo prazo de 10min, para a manifestação da Senhora Maria Conceição Pereira, que falará sobre a importância de ações de combate ao racismo, considerando que dia 21 de Março ficou instituído pela ONU como o 'Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial'.

O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e celebra-se em 21 de março em referência ao Massacre de Sharpeville. Em 21 de março de 1960, em Joanesburgo, na África do Sul, 20.000 pessoas faziam um protesto contra a Lei do Passe, que obrigava a população negra a portar um cartão que continha os locais onde era permitida sua circulação.

Porém, mesmo tratando-se de uma manifestação pacífica, a polícia do regime de apartheid abriu fogo sobre a multidão desarmada resultando em 69 mortos e 186 feridos.

Em memória a este massacre, a Organização das Nações Unidas - ONU - instituiu 21 de março o Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial."

Esse requerimento foi, conforme exige o nosso Regimento, subscrito por todos os líderes partidários, a partir do presidente da Comissão de Saúde, deputado e ex-presidente desta Casa, Volnei Morastoni.

Passo a ler o segundo requerimento.
(Passa a ler)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, REQUER suspensão da sessão ordinária do dia 19 de março de 2014 pelo tempo de 10 minutos, após a ordem do dia, para a manifestação da Sra. Berenice Martins Silva (Engenheira do Meio Ambiente da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina), que apresentará as manifestações a respeito da Pauta de Reivindicação dos Servidores daquela instituição."

O presente requerimento também preenche as exigências regimentais.

Portanto, esta Presidência vai suspender a presente sessão pelo tempo de até 20 minutos, para que possamos ouvir na sequência a manifestação de ambos os representantes dos requerimentos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Apenas para não deixar passar que hoje a cidade onde residio há 14 anos, São José, da terra firme, completa 264 anos. Não como josefense, mas como um cidadão imbuense que adotou a cidade de São José como o lugar para viver, inclusive viver bem com a família e com os amigos.

Quereria parabenizar todos os josefenses, a nossa cidade São José que é a quarta, quinta maior cidade do estado pelo aniversário de 264 anos, completado nesta data de 19 de março.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado. Esta Presidência em nome dos 40 deputados associa-se também à manifestação de v.exa., cumprimentando o povo josefense para passagem dos seus 264 anos de emancipação política administrativa.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Presidente, gostaria de saudar e registrar a presença dos funcionários, estagiários e da coordenadora Marilu, do Programa Antonieta de Barros.

Este ano o Programa Antonieta de Barros completa dez anos de atuação e foi criado na presidência do deputado Volnei Morastoni que trouxe para esta Casa um grande projeto de política afirmativa de inclusão das crianças, dos jovens pobres e negros da cidade de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sandro Silva.

Agora, sim, suspendo a presente sessão pelo tempo de até 20 minutos, concedendo os primeiros dez minutos à sra. Maria Conceição Pereira.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Queremos cumprimentar as duas representantes da Fatma que aqui se manifestaram, pela forma que o fizeram. E como disse a Berenice que se manifestou em nome dos servidores da Fatma, esta Casa é chamada de Casa do Povo porque é a casa dos diferentes pensamentos da sociedade, representa as principais correntes políticas, ideológicas, de embates, combates, disputas e tem que estar permanentemente com as portas abertas, ou então não faz sentido apresentar o Poder Legislativo como principal sustentador da democracia.

Nós costumamos abrir esse espaço e chamamos o povo para cá, mas nem sempre os que ocorrem a esta Casa para reivindicar direitos, buscar o que lhe é devido ao poder público comportam-se da forma respeitosa que vocês tiveram hoje.

Isso tem que ser reconhecido, pois reclamamos desta Presidência quando alguns não têm o comportamento que vocês adotaram mais uma vez especialmente nesta tarde.

Esta Casa, esta Presidência, cumprimenta-os porque é assim que vamos construir uma sociedade mais justa, mais democrática, mais cumpridora dos seus deveres, na garantia dos direitos de todos. Sejam todos muito bem-vindos, porque vocês deram mais um exemplo de como se reivindica, mas também respeitando aqueles que legitimamente aqui representam a sociedade catarinense.

Parabéns a todos!
(Palmas)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu iria me inscrever para falar na tribuna, mas vou fazê-lo deste microfone, em rápidas palavras. Primeiramente, saúdo a sra. Conceição que utilizou da tribuna na menção e no trabalho imprescindível na luta pela desigualdade racial. E ao mesmo tempo em que parabenizo a sra. Conceição quero enaltecer a participação da sra. Marilu e toda sua equipe, suas estagiárias, funcionários que dedicam grande parte do seu tempo por essa causa tão nobre. Quero dizer de antemão que conversamos e em breve deveremos fazer a parceria com o município de Criciúma, que já conversamos anteriormente.

Gostaria de parabenizar a sra. Berenice Martins Silva em nome de todos os servidores desta nossa gloriosa fundação, a Fatma. Os números por si já dizem, a estatística está aí, 49% dos que efetivaram o concurso debandaram para o mercado de iniciativa privada, para outros setores,

mostrando que realmente a classe está desprestigiada, pela falta de reconhecimento em vários governos, não apenas deste.

Fiz um comparativo dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná com relação ao número de servidores. E é inconcebível quando se visualiza numa exposição dessas onde para cada servidor são 844 processos. É humanamente impossível e é desestimulante quando você realmente não tem um trabalho que possa trazer uma contribuição e a valorização dos funcionários.

Tivemos a oportunidade de conversar com o sr. governador na reunião que tivemos com a nossa bancada, capitaneada por v.exa. Ele se mostra sensibilizado com essa reivindicação. Esperamos que a medida provisória venha o mais breve possível, até em função do prazo eleitoral que se aproxima, e que possamos buscar uma equação não apenas na questão do merecimento da valorização desses profissionais, mas também que na sequência possa se estabelecer um concurso para o aumento de efetivo dessa grande instituição, que com certeza faz o seu trabalho e é merecedora da nossa confiança na sua reivindicação perante este Parlamento.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiro, cumprimento a sra. Maria Conceição Pereira que utilizou esta tribuna fazendo referência ao dia 21 de março, como também a Marilu, coordenadora do Projeto Antonieta de Barros que completa dez anos este ano, juntamente com sua equipe e os integrantes do projeto.

Referi-me à sua fala, sr. presidente, quando aqui enalteceu a organização dos servidores estaduais da Fatma, mas paciência tem limite. E alertamos os dirigentes e o governo do estado da preocupação e, principalmente, das perdas desses funcionários que são preparados para trabalhar na Fatma e são convidados por outros órgãos ou passam em outros concursos devido a melhor renumeração. Eles tiraram o estado de greve desde o dia 20 de fevereiro, porque estavam em greve, a pedido de negociações com o governo do estado de Santa Catarina. Vai fazer um mês no dia de amanhã. E até o momento o negociador, o sr. Décio, também não apresentou nenhuma proposta para esses funcionários. Não temos nenhum índice.

Nós falando com o secretário Gavazzoni da nossa preocupação enquanto parlamentares. E tenho certeza de que esta Casa vai ser célere na análise da medida provisória que virá para cá. Mas tenho certeza de que não pode ser, sr. presidente, um baixo percentual, porque, caso contrário, dessa forma não vamos ter apenas 230 cargos vagos. Vamos, sim, perder esses bons profissionais. E aqui relatou a sra. Berenice do trabalho que exercem para o estado de Santa Catarina, inclusive perdendo receitas que é a questão do ICMS. Mas paciência tem limite.

Penso que v.exa. que sempre foi um defensor também cobrará agilidade do governo do estado, porque precisamos dar uma resposta rápida. Como falou a sra. Berenice, eles nunca entraram em nenhum movimento.

Então, eles sempre foram funcionários invisíveis para o governo do

estado, que não deu a remuneração, a gratificação necessária perante o trabalho que exercem para o estado de Santa Catarina.

Esse o nosso apelo. Vamo-nos somar a essa luta. Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, eu só quero cumprimentar a sra. Maria da Conceição Pereira pela sua brilhante fala. Ela citou projetos importantes que estão para ser aprovados nesta Casa, que é o projeto que inclui cotas do serviço público estadual, o projeto da Política Estadual da Saúde da População Negra e também o projeto que inclui negros na publicidade no estado de Santa Catarina.

Deputada Ana Paula Lima, também quero parabenizar o governo do PT, embora no plano nacional nós estejamos em lados opostos, mas é este governo que mais tem dado atenção à população negra, na história do país.

Quero também lamentar, presidente, a posição do deputado Peninha, do PMDB, que

está entrando na Câmara Federal com um projeto proibindo a criação do sistema de cota em nível federal em nosso país.

No momento em que discutimos os avanços no combate a toda disparidade social que existe aqui no Brasil, o deputado Peninha vem com um projeto que em si é um retrocesso para o nosso país.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria mencionar e dialogar novamente com os trabalhadores e trabalhadoras da Fatma, porque eu tenho uma grande angústia e sei, como sindicalista, que muitas vezes a gratificação é a única saída que se tem, mas esse sistema de gratificação criou uma grande injustiça no serviço público do estado de Santa Catarina, pois carreiras que têm bons relacionamentos políticos são beneficiadas. E nós não temos nenhum motivo para dizer que os trabalhadores da Fatma e os da Saúde são menos necessário ao poder público como, por exemplo, alguns servidores de outras carreiras que ganham gratificações milionárias.

Enquanto não discutirmos com seriedade um plano de cargos de salários e que

possamos igualar os servidores públicos, igualar os iguais, vamos estar sempre correndo atrás de uma gratificação que tem sempre um prazo determinado.

Eu tenho certeza de que é o remédio que temos hoje, mas é um remédio muito falho e que tem vida curta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra a presença da sra. Yomara, do Centro de Formação de Condutores, os quais voltam a esta Casa unidos, para agradecer o apoio e buscar melhorias para a categoria.

Podem continuar contando com o apoio e respaldo desta Casa Legislativa ao justo pleito que apresentam.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes, porém, esta Presidência lembra que, segundo requerimento à mesa, às 10h, no horário dos Partidos Políticos, a sessão será suspensa para a apresentação do periódico *Agenda Legislativa da Indústria 2014*, pela Fiesc - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Portanto, temos até as 10h para uso da tribuna em Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O que me faz assomar à tribuna hoje é o fato de ontem, deputado Manoel Mota, nesta Casa, não termos obtido o número necessário nem para investigar o Ministério Público, quero deixar claro, a exemplo do que alguns falam. Mas para investigar um procedimento de dispensa de licitação da forma mais espúria que eu possa qualificar, porque não segue os ritos formais, há muito que se explicar sobre os R\$ 123 milhões para a execução desse negócio.

Também falo isso com muita tranquilidade para dizer aos colegas desta Casa que em nenhum momento tomei procedimento para atacar o Ministério Público e sim para questionar determinadas condutas e posturas.

Portanto, no que se refere à questão do Ministério Público, deputados Romildo Titon e Gelson Merisio, vou-me pronunciar efetivamente na semana que vem, porque ainda não passei na bancada do PSDB, na bancada do PP, na bancada do PSD, mesmo tendo tomado posição de não assinatura eu vou conversar com o líder, porque a matéria do Moacir Pereira coloca que a bancada do PSD já decidiu que não assinará e que não participará da CPI. Nessa nota também está o PP, mas não foi o que me disse o líder. O PSDB ainda poderá seguir o mesmo caminho e a deputada Angela Albino decidiu não subscrever o requerimento por entender que seria uma CPI contra o Ministério Público e com esse objetivo ela não concorda.

Então, entendo que a deputada Angela Albino não compreendeu bem, deputado Sargento Amauri Soares, porque ela nunca me viu aqui dizer que era uma CPI contra o Ministério Público, e o nosso líder da bancada, deputado Neodi Saretta, que está aqui, numa

conversa que tivemos na bancada também foi muito clara. Ao mesmo tempo Roberto Azevedo, na sua coluna, coloca que isso não poderá ser uma CPI para retaliações ao Ministério Público. Primeiramente, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é no sentido de retaliar, porque mais retaliação do que há em relação aos políticos e a este Parlamento, a exemplo do que houve com o deputado Romildo Titon, foi inimaginável até mesmo porque como bem disse Roberto Azevedo em sua coluna, o deputado Romildo Titon não chegou nem a receber a acusação. E essa foi a postura, o procedimento adotado.

Então, com muita maturidade, deputado Antônio Aguiar, sabemos que vamos tocar esse evento adiante, porque ninguém acreditava que cumpriríamos o papel constitucional que temos de cumprir, deputado Kennedy Nunes, a exemplo do debate que v.exa. fez ontem sobre as tarifas dos cartórios. E o parabenizo pela postura clara como aqui procedeu.

Então, estou colocando isso porque o contexto exige esclarecimentos. É sempre importante ressaltar que não é uma CPI para investigar um prédio, esse prédio não existe, ele apenas existe na cabeça de alguns.

Ele irá existir, não sei se nos 22 mil metros, porque a própria Prefeitura já embargou e temos uma série de documentos mostrando claramente os caminhos distorcidos que encontraram ali dentro para chegar à autorização desta metragem. Procedimentos, de certa maneira, extremamente escusos, procedidos pelo secretário que assinou todas as liberações.

Então, com muita maturidade, a exemplo do que fizemos aqui no questiona-

mento das insalubridades nesta Casa. E pergunto: aquilo foi retaliação contra a Casa? Não. Foi passar a limpo a história. Assim como a questão das aposentadorias por invalidez e os supersalários.

Então, neste momento, deputado Kennedy Nunes, peço que v.exa. me conceda pelo menos mais um minuto para a minha conclusão, se possível.

Neste determinado momento, dia 31 de março, estamos vendo um grupo querendo fazer um novo movimento da TFP, pelo retorno da ditadura. Vê se pode, em plena democracia! A minha homenagem à democracia deste país, por isso solicito à assessoria que proceda à exibição de um vídeo importante para a nossa história.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda em Breves Comunicações, peço ao deputado Jailson Lima que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Com a aquiescência do deputado Kennedy Nunes, apenas gostaria de parabenizar a secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina que hoje, às 14 horas, inaugura a primeira delegacia especializada na prevenção e no combate às drogas no estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e Rádio AleSC Digital.

Eu não poderia deixar de fazer uso da palavra nesta manhã, tendo em vista a sessão que tivemos ontem aqui quando votamos o veto ao projeto de lei que foi aprovado em dezembro do ano passado por todos nós, com emenda do deputado Aldo Schneider, mas retornou com veto de alguns artigos do projeto que dispõe sobre o valor dos emolumentos dos cartórios em Santa Catarina.

Tendo em vista tudo o que li e ouvi com relação ao deputado Romildo Titon que saiu na imprensa, não poderia deixar de fazer pelo menos o contraponto daquilo que foi colocado.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos que falaram sobre a minha apresentação embasada em uma série de estudos que fiz, uma série didática - e gosto de ser didático em algumas questões, apesar de ser jornalista, porque às vezes dessa forma conseguimos esclarecer as coisas, e esforcei-me para fazer isso ontem -, para mostrar os pontos que entendo que justificariam o meu voto pelo projeto, assim como todos fizeram em dezembro. E ontem mantive o meu voto ou o voto contra o veto por entender que alguns pontos são colocados de forma deturpada, e como sou jornalista, digo de forma tranquila, que às vezes há uma tendência para lá ou para cá em relação às matérias colocadas.

É incrível ver, e quem assistiu a minha fala ontem na hora da votação do veto pôde compreender como é o projeto, que algumas pessoas de ontem para hoje disseram-

me que acharam bom um deputado ter visto que a coisa não era bem assim. Mas não queria falar aqui dos pontos em que esta Casa deixou de favorecer as pessoas com a manutenção desse veto, como por exemplo: em primeiro lugar, o veto que foi mantido ontem aqui acabou com a possibilidade da pessoa que tem um inventário de até R\$ 50.000,00 pagar a metade da custa do processo no cartório; em segundo lugar, ontem com a manutenção do veto, terminou a possibilidade de resolver a injustiça que acontece neste estado porque quem tem um imóvel paga o mesmo valor de um incorporador com um prédio de 15 ou 30 apartamentos. Isso é injusto. Como um incorporador que faz o investimento de R\$ 15 milhões, de R\$ 20 milhões, vai pagar o mesmo valor de um cidadão comum que constrói a sua casa. E a emenda que nós tínhamos aprovado em dezembro fazia com que o incorporador pagasse por unidade habitacional.

E o Secovi, com relação à matéria que rodou na TVAL e na imprensa, na pessoa do seu presidente, de Florianópolis, teve a petulância de dizer na sua entrevista o seguinte: "O comprador não pode ser pego com pegadinhas no cartório". Então, fui obrigado a assomar esta tribuna e dizer que, em primeiro, o que tinha sido aprovado aqui é que o incorporador, aquele que vai construir um prédio, hoje paga R\$ 7,95 por apartamento. Nós tínhamos mudado este valor para R\$ 70,00. É claro que quem paga R\$ 7,95 e passaria a pagar R\$ 70,00, é quase 1.000% de aumento... Mas olhem como é vendido: "Deputados aprovam quase mil por cento de aumento em escrituras." O que dá pra entender, deputado Neodi Saretta? Que nós ferramos todo mundo. O que é mental! Porque a emenda fazia com que o incorporador pagasse R\$ 70,00 por apartamento que ele vai vender por R\$ 500 mil, R\$ 600 mil, R\$ 1 milhão, R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões. E mais ainda. Quem paga essa taxa não é o cliente, o comprador, mas o incorporador. Imagina, deputado Sargento Amauri Soares, teve gente, corretor de imóveis, enquanto essa matéria estava em discussão, de dezembro para cá, que estava tentando vender apartamento e dizia: "compra logo, porque os deputados vão ferrar tudo colocando 1.000% em cima da escritura." Gente, estamos falando de R\$ 7,95! E os camaradas estavam querendo fazer com todo esse imbróglio que a imprensa fez contra o Parlamento, vender apartamentos no valor de R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões, por causa de R\$ 70,00? E a pessoa quando lê a matéria começa a pensar: Meus Deus!

Em segundo lugar, com todo respeito ao presidente da OAB, o dr. Tullo Cavallazzi, na matéria da Acaert, no rádio, pela manhã, disse: "Somos contra qualquer tipo de aumento dos preços de cartório. Nós, advogados, não queremos aumento de cartório." Mas o doutor Tullo Cavallazzi esquece que a própria OAB coloca que o preço que o advogado deve cobrar numa separação extrajudicial é R\$ 2.507,00, deputado Neodi Saretta. Se o advogado cobrar menos do que isso ele pode ser processado por falta de ética. Engraçado que o advogado pode cobrar R\$ 2.507,00 apenas para fazer o documento, e o cartório tem que cobrar no máximo, R\$ 21,50 para fazer tudo isso. Aí o presidente da OAB vem para cá querendo colocar a culpa nos deputados, dizendo que estamos querendo ferrar a comunidade? Por que, dr. Tullo Cavallazzi, vocês não baixam o valor dos honorários advocatícios? Se está custando caro para as pessoas se separarem extrajudicialmente, não é por causa do preço de um cartório, e sim porque são R\$ 2.507,00 que vocês cobram ou não é? Vamos debater, então? Vamos debater o preço de transferência

de documento? Vem Detran, vamos debater? Os cartórios ficam com R\$ 2,40, vocês, Detran, com R\$ 107,50. Vamos debater? Vamos debater a questão do preço? Vamos exemplificar. Num imóvel no valor de R\$ 500 mil a Prefeitura de Florianópolis fica com R\$ 40 mil, o cartório com R\$ 1.040,00. Vamos debater? Vamos debater incorporadores? Vocês que estão construindo prédios aqui em Santa Catarina e pagam o mesmo valor que um cidadão comum que vai construir uma casa. Isso é justo? O senhor que está me assistindo, que está fazendo uma casa, é justo pagar o mesmo teto de um prédio de luxo de Balneário Camboriú, onde um apartamento custa R\$ 5 mil, R\$ 6 mil. Isso é Justa? Aí colocam para a sociedade que estamos ferrando o povo. Não!

Não aceito esse tipo de alegação. Ontem, infelizmente, fiquei sozinho, mas tudo bem, de cabeça erguida, porque sei e estudei o que votei aqui. E ainda bem que pelo que ouvi, parece que esse assunto vai voltar à tona para debatermos melhor esse assunto.

Mas volto a dizer que, infelizmente, a manutenção do veto, ontem, apenas prejudicou quem tem menos e favoreceu quem tem mais. E provo isso. E, por isso, não poderia ficar de forma nenhuma calado diante desse fato e agradecer a todos que compreenderam a nossa posição aqui e dizer que continuo muito responsável e atento àquilo que voto e àquilo que posso discutir com a sociedade.

Por isso, mais uma vez, muito obrigado a todos que entenderam sobre esse assunto, que espero, volte à tona neste Parlamento. Tomara que voltemos a discutir isso para fazer Justiça social neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses. Quero destacar um programa que julgo ser importante mantido pelo governo federal, que é o *Ciência Sem Fronteiras*.

(Passa a ler.)

"Esse programa criado em julho de 2011 busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, e do Ministério da Educação - MEC, por meio de suas respectivas instituições de fomento - CNPq e Capes, Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Os estudantes e pesquisadores do *Ciência sem Fronteiras* tem o seu treinamento nas melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis, prioritariamente entre os mais bem conceituados para cada grande área do

conhecimento de acordo com os principais rankings internacionais.

Os parceiros no exterior são organizações tradicionais no campo de colocação e suporte de estudantes ou mesmo consórcios das principais universidades locais, que são responsáveis por definir, juntamente com a Capes e o CNPq, os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países. As instituições são avaliadas a cada chamada e o destino dos bolsistas é adequando à medida que recebemos o retorno do relatório dos bolsistas.

Podemos sentir que o programa está dando certo, através de depoimentos de estudantes da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc. As histórias de diferentes alunos em diferentes países têm como traço comum a satisfação com o enriquecimento acadêmico, profissional e cultural que o intercâmbio proporciona.

Hoje são concedidas 22.646 bolsas pela Capes e pelo CNPq, no programa *Ciência Sem Fronteiras*.

Essas bolsas são distribuídas entre as modalidades de doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado, graduação sanduíche e a atração de pesquisadores.

Essas bolsas estão presentes em 39 países ao redor do globo.

Por exemplo, desses depoimentos que me refiro a Maria, com 21 anos, natural de Criciúma, agora respira os ares de Londres, na Inglaterra.

Durante todo o ano de 2014 é estudante da 5ª fase de medicina da Unesc, vai aumentar seu leque de conhecimento e experiência na capital inglesa, deputada Ana Paula Lima.

Já a estudante de Engenharia Civil, o estudante Guilherme Meneguel, desde de agosto passado está tendo uma experiência estimulante, proveitosa na universidade de Roma, na Itália.

O aprendizado não está simplesmente nas páginas dos livros da universidade, mas em cada momento, em cada situação propiciada pela vivência no exterior. Digo, mais, a experiência é vantajosa para o aluno, para a universidade, para a empresa, e obviamente, para o país também.

Então, é com muita alegria que destaco a grande contribuição de mais um programa bem pensado pelo governo federal para a formação profissional dos nossos jovens bem como para o desenvolvimento tecnológico do nosso país que se encontra em plena ascensão."

Esta é, sr. presidente, srs., deputados, sras. deputadas, a manifestação que queria fazer a respeito desse programa importante para os estudantes brasileiros chamado programa *Ciência Sem Fronteiras*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela

Parabenizo o vídeo que foi trazido a este plenário pelo deputado Jailson Lima, que nos deixou comovidos. E o Chico é sempre atual em sua poesia e na sua forma de ver o mundo e as coisas.

Quero me somar, como fiz no dia de ontem, ao sentimento de aviltamento quando alguns setores, 50 anos depois, pretendem realizar o mesmo gesto de caráter Facista, contra a soberania popular e contra a liberdade!

Alguém em pleno 2014 pedir uma intervenção militar democrática contra a democracia? E falo como militar! Se isso não fosse de uma vilania sem tamanho, seria de uma burrice atroz, sem expressão essa vontade.

Quero dizer que fico comovido com o vídeo que o deputado Jailson Lima apresentou porque sou policial militar, trabalhei na ativa durante 21 anos e fui algumas vezes, ou várias vezes, convocado para reprimir movimentos populares, movimento grevista e estudantil, greves de mineiros, dos sem-terra.

E sempre dói na alma do policial, que tem alguma consciência da sociedade da qual ele vem, e é doloroso para um militar com meia dúzia de noção de democracia, ser escalado para praticar a violência ou fazer uso da força, contra o movimento social, uma luta popular legítima.

E essa elite reacionária, tendente ao fascismo, que coloca perfume da melhor qualidade, pegar uma panela e ir para a rua, panela que nem não sabem usar - porque pagam para outras pessoas cozinhar a sua comida -, essa elite perfumada, mas malcheirosa, ir para a praça pública pedir a intervenção militar em nome da democracia. Estão querendo nos passar atestado de idiotas, ao conjunto da sociedade.

A nós, militares, querem nos fazer parecer ou ser algozes do nosso próprio povo. Vão trabalhar, senhoras e senhores! Vão aprender a usar essa panela, porque vocês pagam para a classe trabalhadora cozinhar o que vocês comem.

Estamos à disposição para o diálogo, mas essa postura de pedir intervenção militar no Brasil de hoje, é uma postura provocativa que afeta o miolo mais profundo da Constituição vigente neste país. Aliás, em 1964 fizeram a mesma coisa. Nós, militares, não queremos participar do seu jogo de ódio contra a democracia, contra a soberania popular e contra a liberdade do nosso povo! Se alguns militares querem, que o façam. Por mim e por milhares de outros eu falo: Nós não queremos porque somos filhos desse mesmo povo, somos filhos de sem-terra, somos filhos de comerciantes, somos filhos de operários.

Enfim, mudando de pauta, gostaria de falar sobre o que lemos no jornal *ANotícia*, no dia de hoje, que o Tribunal de Justiça, a pedido do Ministério Público, fez muito bem ao legislar em discordância com o Poder Legislativo, porque um Poder sabe que está cometendo inconstitucionalidade e insiste nela, tem que levar um revés. E foi o que aconteceu no projeto dos bombeiros, que originou a Lei n. 16.157, cuja emenda dizia, no passado, felizmente, que nas cidades onde há Bombeiro Voluntário, o poder de polícia é exclusivo dos voluntários. Isso é inconstitucional! E nós já falamos isso nesta tribuna. Inclusive eu fui vaiado nesta Assembleia Legislativa, no ano passado, por ter afirmado isso.

Então, quero repetir, até para que não se continue dizendo que alguns de nós desta Casa temos alguma coisa contra o Ministério Público. Quero, inclusive, parabenizar ao Ministério Público pela iniciativa, e o Tribunal de Justiça por ter visto o óbvio.

Seria como dizer, deputado Maurício Eskudark, que a Polícia Civil não poderia trabalhar em algumas cidades do estado, por que já há uma polícia voluntária ou municipal. Seria como a Polícia Civil dizer que a Polícia Federal não poderia entrar no território catarinense ou dizer que a Polícia Militar dizer que o exército não pode inspecionar a sua instituição. E sabemos que tudo isso está na legislação e aceitamos, porque entendemos que em alguns

aspectos é a forma de garantir a unidade nacional.

Dizer que algum município ou instituição pública do estado, que tem a obrigação legal e constitucional de fazer, não pode ir? E não estou dizendo que vá, não estou dizendo que irá, deputado Kennedy Nunes, e provavelmente não irá, porque o Bombeiro Militar é comandado pelo governador, que não quer se indispor com os prefeitos e com os Bombeiros Militares também. O governador não vai autorizar essa guerra, na minha avaliação nenhum governador o fará, mas colocar na lei que não pode? Foi uma atitude gritantemente inconstitucional. E aí, claro, o Poder Judiciário legisla na nossa intromissão, não é nem na nossa ausência, nós legislamos errado sabendo que estava errado e aí o Tribunal de Justiça teve que legislar para corrigir o trabalho da Assembleia Legislativa. E vamos levando atestado ou construindo cada vez mais um atestado da nossa - vamos dizer assim para ser diplomático - insuficiência.

Quero falar também, assim como falei ontem, e vou insistir, na iniciativa da comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os gastos com a Ponte Hercílio Luz. Não é porque quero que a Ponte suma ou que custe muito caro para a sociedade. O problema é que a Ponte Hercílio Luz se transformou na galinha dos ovos de ouro de interesses sei lá quais! E a sociedade precisa preservá-la.

Defendo que a Ponte Hercílio Luz permaneça ali para todo o sempre enquanto houver sociedade florianopolitana, catarinense, brasileira. E é responsabilidade de cada governo mantê-la. Mas fazer dela a galinha dos ovos de ouro para empurrar dinheiro que a gente nunca para sabe para o que está sendo exatamente usando, já que a ponte está há um quarto de século fechada, ou mais?

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, quero desejar saúde à vereadora Geovania de Sá, que está recuperando-se de um problema de saúde e nos acompanhando pela TVAL.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar também o sr. Hélio Lacerda, o sr. Adenilson e a comitiva de Nova Trento que estão nesta Casa trazendo várias reivindicações em prol da comunidade do Alto Pitanga.

Quero também saudar inúmeras pessoas que agora no mês de março e abril estão fazendo suas declarações de Imposto de Renda, muitos deles, especialmente, aposentados por alguma doença que causa a invalidez e, por isso, são dispensados de pagar o Imposto de Renda. Algumas doenças como: Aids; Alienação Mental; Cardiopatia Grave; Cegueira; Contaminação por Radiação; Estados Avançados de Paget, que é uma osteíte deformante das articulações; Parkinson; Esclerose Múltipla; Espondiloartrose Anquilosante; Fibrose Cística, que é a mucoviscidose; Hanseníase; Hepatopatia Grave; Nefropatia Grave; Neoplasia Maligna; Tuberculose em Atividade; Paralisia Irreversível e Incapacitante.

A Esclerose Múltipla foi uma das doenças que, na época em que eu era deputado federal, foram incluídas nas doenças que passariam a ser isentas de pagamento do Imposto de Renda sobre a aposentadoria. Porém, quando há outros rendimentos como o

salário aluguel, mesmo tendo essas doenças, devem ser incluídos na declaração.

Mas eu queria justamente destacar, lembrar, sr. presidente, a todos os contribuintes, no momento em que fizerem a declaração do imposto, que eles podem destinar ao fundo - isso não é dar, não se está dando do seu dinheiro, está-se apenas destinando, porque terá que pagar o imposto -, que as pessoas portadoras dessas doenças, que não precisam pagar o Imposto de Renda, estarão fora desse meu pedido também. Mas quero lembrar àqueles que vão pagar o Imposto de Renda que podem fazer a destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência, que é um setor que, infelizmente, tanto no governo federal quanto no governo estadual e municipal, praticamente não há uma política intensa, uma política voltada à criança e ao adolescente para colaborar com a formação, com a educação que os pais dão em casa aos filhos e que hoje não acontece por causa das necessidades da família. O casal trabalha fora e as crianças acabam ficando praticamente sozinhas, brincando na rua, sendo muitas vezes levadas ao mau caminho.

Por isso que precisamos criar uma política de amparo à infância e à adolescência. Quando a nossa comissão fez um levantamento de como estão sendo aplicadas as medidas socioeducativas, identificamos que para mais de 2.500 crianças e adolescentes, de um **total de dois milhões**, estão sendo cumpridas essas medidas. Alguém pode pensar que é um percentual muito pequeno, mas seria a mesma coisa admitirmos que há alguns anos atrás, há 20 ou 30 anos, Santa Catarina tinha 180, 200 casos por ano de poliomete, de paralisia infantil, e os órgãos de saúde daquela época achavam que esse número de casos era pequeno, pois nasciam muitas crianças no estado. Então, na época achavam que era um número pequeno. O secretário de estado da Saúde dizia até pela televisão que era um número insignificante, era um número muito pequeno e que a saúde ia bem.

Mesmo com aquelas declarações, o mundo inteiro fez um grande mutirão para erradicar a paralisia infantil, a Poliomete. Em Santa Catarina praticamente não existe mais nenhum caso de Poliomete, nenhum caso dessa paralisia infantil causada pela Poliomete, porque houve um mutirão. A sociedade, a começar pelas autoridades da saúde, as autoridades governamentais do Brasil inteiro, do restante do mundo também, se empenhou neste mutirão para corrigir uma sociedade que estava doente.

E, do ponto de vista social, Santa Catarina e o Brasil têm uma doença grave, que é justamente o abandono. Mais de 2.500 crianças em Santa Catarina estão cumprindo medidas socioeducativas. Significa que nós estamos errando, que a sociedade está errando, que a família está desassistida.

Os órgãos do governo, em nome da sociedade, precisam encabeçar esse grande mutirão para mudarmos esses números e chegarmos a zero, se possível, como chegamos a zero com a Poliomete, graças a um grande trabalho que se fez com toda sociedade, motivando as crianças a serem vacinadas.

Nós vamos ter que fazer um grande trabalho agora, uma vacinação, digamos assim, de costume, de ação, visando uma política pública voltada à criança para promover e investir nas crianças. Todas as crianças nascem boas e serão boas, depende da educação que os pais velhos passarem para elas.

O grande detalhe desses investimentos é que se nós olharmos o perfil, a origem dessas 2.500 crianças que estão em

medida socioeducativa, na verdade existe uma semelhança, uma relação direta com a pobreza e com a família que se desfez. A grande maioria delas não conhece o pai, tem uma admiração pela mãe, mas não tem outros amigos, não tem outra interação social importante.

Por isso, para fazer esse investimento precisamos de duas coisas pelo menos: que a sociedade, a parte que paga Imposto de Renda, justamente a parte que ganha mais e que deve ter mais responsabilidade social, deve colaborar contribuindo com o FIA. Em segundo lugar, fazer uma provocação para as ONGs para que apresentem projetos no seu município e levem para o Conselho Municipal do Desenvolvimento da Criança e Adolescente. Seguramente o Conselho vai aprovar, vai analisar e adequar o projeto.

Estando aprovado, pode haver a captação dos recursos. Hoje existem os chamados projetos cancelados. Estando aprovados, pode haver a captação diretamente com empresários e com as pessoas físicas que pagam Imposto de Renda.

Então, se começarmos a executar, a fazer os projetos e a sociedade começar a ver os resultados, ela vai acreditar. Vamos criar, então, um grande ciclo positivo, virtuoso, em que as pessoas que pagam vêm o resultado e, ao mesmo tempo, as ONGs, as entidades que virem que em outros lugares deu certo, acabarão fazendo também.

Então, será criado um grande movimento, se Deus quiser, um grande mutirão, para mudar esta realidade social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Srs. deputados, sobre a mesa requerimento assinado pelo presidente em exercício, deputado Joares Ponticelli e demais lideranças, que com base no art. 3º e parágrafo único do Ato da Mesa nº 227/2011 e no art. 92 do Regimento Interno desta Assembleia, vem requerer a suspensão da sessão ordinária de hoje, 20 de março, no horário das 10h, para a manifestação do presidente da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Fiesc, dr. Glauco José Côrte, oportunidade em que apresentará o periódico Agenda Legislativa da Indústria 2014, elaborada pela Fiesc.

Logo após a participação da Fiesc, teremos a Ordem do Dia e a continuação dos oradores inscritos aí, sim, em Explicação Pessoal. Lembrando que estamos fazendo esta interrupção justamente no horário destinado aos Partidos Políticos. Portanto, fica cancelada a participação das representações dos Partidos Políticos na fala de hoje, uma vez que todas as lideranças abriram espaço para o presidente da Fiesc fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0106/2014 e 107/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0176/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0177/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer e 0179, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Requerimento n. 0178/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita ao Procurador-Geral do Ministério Público informações acerca do recebimento, ou não,

por procuradores e promotores de Justiça, do abono no final de cada ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram aprovado.

Aprovado.

Moção n.0017/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à deputada federal Dalva Figueiredo, manifestando apoio à tramitação e à aprovação do Projeto de Lei n. 5.297/2009.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e demais parlamentares presentes, quero saudar a deputada Luciane Carminatti que fez essa proposição, que trata de tornar com uma ação penal pública incondicionada os casos de violência contra a mulher. Hoje, com relação à Lei Maria da Penha, o STJ firmou convicção de que a mulher precisa pedir que se abra a denúncia contra o homem. Muitas vezes reconhecemos que nos ambientes onde se dá a violência contra as mulheres, em geral, o provedor e o agressor são as mesmas pessoas. E é preciso que o estado compreenda que defender as mulheres, evitar a violência contra as mulheres é uma tarefa de toda a sociedade e não da mulher agredida. A mudança de paradigma que é proposto pela deputada federal Dalva Figueiredo merece nosso apoio para transformar, portanto, em ação penal pública incondicionada. Então, uma ação de estado no combate à violência contra as mulheres em caso de queixa dessas vítimas de violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao deputado federal Edinho Bez, manifestando contrariedade ao Projeto de Lei n. 5.965/2013, e solicita a retirada de tramitação.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, fui procurado aqui na condição de líder da bancada por alguns deputados querendo esclarecimento maior sobre essa moção e, inclusive, manifestando contrariedade a ela.

E em função da deputada Luciane Carminatti não estar presente na sessão de hoje e a mesma ser a autora, solicito a v.exa. que pudessemos retirar essa moção da pauta. E quando a deputada estiver presente a mesma poderá então fazer o debate melhor dessa moção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi

Saretta. Acolho a solicitação de v.exa. e determino a retirada de pauta da Moção n. 0018/2014, proposta pela deputada Luciane Carminatti e que se incluía a referida moção na pauta da próxima terça-feira.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito em primeiro lugar o deputado Maurício Eskudlark, na sequência o deputado Dirceu Dresch, deputado José Milton Scheffer e deputado Reno Caramori.

Para falar o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos. E solicito ao nosso secretário, deputado Kennedy Nunes, que assuma esta Presidência para que possa atender as agendas que nos aguardam desde as 9h.

Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Angela Albino, público que nos acompanha.

Quero fazer um relato aqui, tivemos algumas palavras do deputado Manoel Mota a respeito daquele lamentável acidente ocorrido na Arrancada de Caminhões, em Araranguá. O referido deputado que acho que foi um dos criadores daquele evento, um grande incentivador e, claro, ele como ex-caminhoneiro com diz, encontrou uma forma dos profissionais da categoria se reunir e realizarem uma confraternização. E ali foi estudada essa forma de competição, que virou tradição e que tem alguns eventos similares em outros locais do país.

Estive no evento no final de semana, em Araranguá, acompanhando os vereadores Luiz Brás Paulino, o Lulu, e João Abílio Pereira em alguns eventos.

Assistimos em parte, porque nós estávamos atrás de onde tinha a largada. E quando os três caminhões largaram, nós só vimos fumaça, porque os caminhões saíram e quando chegou o final da pista vi que o caminhão da pista da direita não estava. E foi ali que aquele caminhão invadiu a pista ficou virado na terceira pista deputado Reno Caramori.

Ele era um piloto experiente. Era um piloto que tinha curso superior, pós-graduação, piloto de avião, oito vezes campeão.

Então, era alguém qualificado, alguém que estudou que tinha conhecimento, que não fez uma lambança.

Mas é um grande evento e tem que ser mantida a questão do encontro, do consagração. Mas se aquele caminhão ao invés de se perder para o centro da pista fosse para o lado de fora, poderíamos realmente ter tido um problema bem maior.

E vi lá a preocupação dos organizadores, do prefeito, o carinho a ambulância, mas, infelizmente, fatalidade existe. Claro que tem que ter cuidado e pensar que o risco muitas vezes é maior do que se apresenta.

Se o caminhão tivesse ido para outro lado ou se fosse da esquerda para o lado, onde tinha a maior concentração de pessoas, realmente poderia ter acontecido algo grave. Acidentes acontecem!

Nós temos uma atleta brasileira que se preparava para os jogos de inverno e agora está com a possibilidade de ficar tetraplégica.

O Airtton Sena é um exemplo de que um acidente no esporte pode acontecer.

Então, não há que se condenar ninguém. Vai ser aberto um inquérito policial, mas houve uma fatalidade com alguém que sabia dirigir bem. E com todo o respeito aos demais que estavam lá, o motorista que morreu

era o melhor piloto, o mais qualificado, que mais título havia ganhado.

Penso que os cuidados necessários foram tomados. Agora, é claro, deu para sentirmos que existe ainda um risco maior.

Penso que fazer uma competição de caminhões se não tiver uma arquibancada alta para as pessoas ficarem sem correr o risco de serem atingidas num caso de acidente é muito complicado. Até aqui na capital quero parabenizar o prefeito Cesar Souza porque não deu a licença para o arrancadão na passarela Nego Quirido, pois se o veículo sair dois metros para o lado da pista vai pegar aquelas arquibancadas de concreto. Qualquer piloto que estiver em uma competição e o veículo sair do normal vai fatalmente provocar ou sofrer um acidente grave.

Então, isso serve para repensarmos sobre a situação e não desestimularmos o município de Arroio do Silva a continuar promovendo aquele grande evento, cada vez com mais segurança para se evitar um problema maior.

Ontem tivemos aqui o presidente do Sindemosc - Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina - e conversamos com ele a respeito do simulador de trânsito.

Estão querendo instalar deputado Reno Caramori, nas autoescolas um simulador que sairá muito caro para os alunos, pois com certeza esse custo será repassado ao aluno na hora de tirar a carteira de habilitação.

E o simulador, já foi demonstrado, não reflete a realidade do motorista. O simulador para a aviação é perfeitamente aceitável, porque na aviação não se precisa tanto de reflexo, o piloto tem que ter conhecimento para ações, tem que ter memória para saber o que deve fazer, e ter o controle da cabine, é muito diferente de um simulador de pilotagem com um de direção de carro.

Inclusive, nos programas de televisão levaram um campeão de vídeo game e um piloto para testar o simulador, sendo que o campeão de vídeo game ganhou de dez a zero do piloto. Por quê? Porque é brincar na frente da TV com algo que não é a realidade.

Eu digo isto, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. estava junto quando estivemos nos Estados Unidos e fomos visitar uma Escola de Polícia, em Orlando, onde havia um simulador. Eu dirigi e achei um absurdo, uma brincadeira. E olha que eu me considero um bom motorista!

E também já ouvi a história que dizem que isso é coisa do Lulinha, porque é bilionário o lucro que isso vai representar se vier para o Brasil. É bilionário! E não traz benefício nenhum, traz é custo para as autoescolas, que vão ter que pagar cobrando dos alunos, que serão prejudicados.

Mas conversando com o pessoal de Brasília descobrimos que há forças ocultas que querem essa realidade no Brasil. A presidente Dilma Rousseff já prorrogou o prazo de início da obrigatoriedade do simulador nas autoescolas, que era para iniciar em janeiro de 2014 e foi prorrogado para o mês de julho.

Espero que a presidente Dilma Rousseff reavalie essa situação e veja que isso é um absurdo e que cancele a exigência por parte do Denatran, do ministério das Cidades, que estão coordenando esse projeto para que isso não venha a ocorrer. Vamos aumentar o preço da hora/aula, que hoje é de R\$ 32,00, para R\$ 58,00. Será mais caro e menos eficiente. É um absurdo!

Então, ontem, conversamos com o sindicato e esperamos uma mobilização em nível nacional, pois existe um projeto de lei na Câmara dos Deputados tramitando contra o uso

do simulador. Será mais uma fonte de renda para alguns e um prejuízo para a sociedade, caso isso seja obrigatório no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha e que nos visita no dia de hoje.

Estamos recebendo nesta Casa no dia de hoje a visita de uma entidade importante em Santa Catarina, que é a Fiesc, e queremos ressaltar a importância do seu trabalho, muito embora, deputado Reno Caramori, entenda que este Parlamento tem que ser extremamente imparcial com todas as organizações catarinenses e fazer o seu trabalho com autonomia, com respeito e com valorização, sempre em sintonia com as organizações, que são divergentes no estado. Nós temos que ouvir os dois lados: os empresários e os trabalhadores.

Nós temos muitas divergências de ideias e elas são salutares na democracia. Então, defendemos posições democráticas dos parlamentares, conforme seus princípios e valores, inclusive levantados pelo deputado Jailson Lima.

Quero trazer dois temas hoje aqui na tribuna. Primeiro, falar sobre a nossa viagem à Brasília. E hoje pela manhã estivemos com o superintendente estadual do DNIT, João José da Silva, para tratar sobre os encaminhamentos das rodovias de Santa Catarina, especialmente sobre a polêmica passagem urbana para o município de Xanxerê. E o segundo assunto é sobre a ditadura militar, pois estou muito surpreso com os movimentos que estão surgindo sobre os 50 anos dessa tragédia que aconteceu no Brasil, que foi a ditadura militar, o golpe de 1964, pois tem gente por aí querendo, em nome da ordem e do direito, voltar a este movimento.

Srs. presidente e srs. deputados, estivemos ontem em Brasília no DNIT nacional, no Ministério do Planejamento, reunidos com a secretaria da ministra Miriam Belchior, com a Eva Maria, discutindo a polêmica que está havendo, tratada desta tribuna pelos vereadores de Xanxerê. É uma situação clara de que a empresa não cumpriu seu contrato. Alegaram que a empresa quebrou, mas há informação de que está trabalhando em outras obras. E, lamentavelmente, precisamos, de fato, mudar essa legislação que diz respeito aos contratos. Há informação que a empresa parou a obra e foi para outros locais, o que se lamenta muito, porque a população está nessa situação crítica, havendo inclusive mortes naquela rodovia.

Então, o DNIT anunciou que irá retomar a obra, vai investir em torno de R\$ 8 milhões, ao menos para resolver a situação mais crítica, terminar o elevado e fazer as passarelas. Há o compromisso inclusive do DNIT de encaminhar para a empresa fazer as duas passarelas e algumas recuperações nas perimetrais. Isso já desafia, já resolve um gargalo muito grande com a estruturação e término do elevado, do viaduto, que trás muito mais segurança e rapidez para a passagem urbana de Xanxerê, que é a primeira etapa.

A segunda etapa, e isso precisa ficar muito claro, precisa incluir o restante dos recursos em torno de R\$ 30 milhões no PAC. Isso já está na mesa da presidente Dilma Rousseff e vamos continuar o movimento para fazer com que os recursos sejam liberados logo

após o término desta primeira etapa, que deve acontecer em torno de dois ou três meses.

Quero ressaltar desta tribuna o grande trabalho realizado pela Câmara de Vereadores de Xanxerê, através do seu presidente, nosso amigo João Paulo, do vereador Adriano e de outras lideranças da região. Tivemos também a grande contribuição do deputado Pedro Uczai na articulação, na mobilização junto à ministra Ideli Salvatti, às nossas lideranças nacionais, ao DNIT e ao Ministério do Planejamento, em Brasília.

Então, vamos reiniciar essa primeira etapa e depois trabalhar para que os recursos sejam incluídos para terminar essa importante obra para o município de Xanxerê e para o oeste catarinense, porque a BR-282 é a nossa grande espinha dorsal das rodovias de Santa Catarina, que vai da divisa da Argentina até a nossa bela ilha de Santa Catarina.

Dentro do tema das rodovias, ainda tratamos sobre o trecho de Campo Erê à rodovia 158, que é um trajeto novo, e da reestruturação, do contrato da BR-282 que ainda não está em pleno andamento.

Outro tema que queremos abordar é sobre a ditadura. Em 1964, dizia-se que a ditadura também veio em nome da ordem e da liberdade.

Nós assistimos e acompanhamos uma pesquisa do Datafolha, mas entendemos que não é democrático promover pesquisas para aferir o grau de apoio ao fim da democracia, à tortura, ao fechamento de partidos e sindicatos, à censura aos meios de comunicação, que é algo totalmente diferente de seu controle social, ao fechamento do Congresso às prisões indiscriminadas e à revogação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O que nos preocupa e nos revolta, deputado Kennedy Nunes, é o Datafolha fazer pesquisa para aferir a opinião da sociedade brasileira sobre esse tema. A quem interessa isso? O que está em jogo, de fato?

Estamos acompanhando em redes sociais pessoas convocando movimentos, dizendo que têm direito de propriedade e órgãos da imprensa apoiando o Datafolha fazendo pesquisa sobre esse tema. O que há por trás disso?

São pessoas, são partidos, são entidades que estão preocupadas porque talvez não vão conseguir ganhar o governo federal este ano, porque não estão bem nas pesquisas. O que de fato está acontecendo? Elas estão plantando e repassando o caos neste país! O nosso país foi, no ano passado, considerado pelas pesquisas o terceiro país do mundo em crescimento, inclusive à frente dos países da Europa, Estados Unidos e outros. E essas pessoas estão querendo implantar o caos em nosso país porque haverá algumas mobilizações sobre a Copa do Mundo, este grande evento que o Brasil comemorou somente pela situação do país, pela sua condição. E o ex-presidente Lula fez um grande trabalho para conseguir que fosse realizada a Copa do Mundo em nosso país.

Então, setores da imprensa que não querem sequer discutir a regulamentação da imprensa brasileira, diz que isso é ameaçar o direito de liberdade de imprensa. Estão incentivando, de forma não tão aberta, mas estão contribuindo nessa perspectiva.

É uma juventude que não sabe, deputado Sargento Amauri Soares, que isso pode significar o direito de liberdade de ir para a rua; que pode significar o fim do direito ao voto que foi conquistado a duras penas neste país; que pode significar o fechamento do Congresso, o fechamento da imprensa; cercear o direito de liberdade dos jornalistas; intervir

nas organizações sindicais; tirar o direito de liberdade das pessoas.

Srs. deputados, dizer que na época da ditadura não houve corrupção no Brasil, não é verdade! Quem nos garante que não houve corrupção?!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares (Intervindo) - Eu garanto que houve!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - V.Exa. garante que houve e nós também garantimos que houve corrupção!

Isso nos revolta porque com certeza essas pessoas não sentiram a mão dura das prisões, da tortura, de tirar o direito de liberdade.

Então, eu queria trazer este assunto à tribuna para pessoas que ainda acham que é uma coisa bonita falar em ditadura, na volta dos generais ao poder neste país. Não podemos admitir isso, pois conquistamos a liberdade depois de muito sacrifício, de muitas lutas, depois de muitas mortes neste nosso querido Brasil. Inclusive componentes desta Casa, que é a Casa da democracia, da representação da sociedade catarinense.

Por isso quero aqui repudiar essas atitudes que estão sendo tomadas depois de 50 anos que o Brasil virou essa página. E ainda hoje temos muito restos horríveis daquele momento ditatorial no país, mas que aos poucos viemos construindo um país democrático, livre para as pessoas poderem pensar e fazer o que quiserem com suas responsabilidades, claro que com suas responsabilidades, e é isso que nós queremos.

Então, apenas queria trazer, neste dia, nesta quinta-feira, esta questão ao nosso Parlamento Catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer um registro, nesta Casa, reforçando o convite que os srs. deputados já receberam, de que hoje, às 19h30, teremos a posse da diretoria da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

E para nossa alegria, um caçadoreense fará parte da diretoria, como vice-presidente regional, o Guilherme Sulzbach Grandó, um dos proprietários da Villaggio Grandó, que todos conhecem o grande vinho fabricado na região de Caçador.

Teremos também a posse do presidente Octávio René Lebarbenchon Neto, Guido José Búriço, Roberto Zardo e Topázio da Silveira Neto, que são pessoas conhecidas do meio empresarial. Teremos hoje a posse dessas pessoas.

Também gostaria de esclarecer que a inscrição é gratuita, o importante é prestigiar esse evento em Santa Catarina, a posse da diretoria da ADVB.

Teremos também, às 14h, na Câmara de Transporte da Fiesc, uma reunião de suma importância para tratarmos do problema da morosidade na entrega de obras rodoviárias de Santa Catarina, tanto estaduais como federais.

Por isso, reforço o convite.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com a palavra, o deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para endossar o pronunciamento do deputado Reno Caramori, sempre vigilante, parabênico o Juliano Varela Kahl, que vai para a Diretoria Mercadológica da ADVB, sabidamente um grande profissional. Fazendo este registro, parabênico toda equipe, e o nosso abraço especial ao Juliano pela posse no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado!

Eu estava ouvindo o deputado Dirceu Dresch falar sobre a liberdade de expressão, que é uma coisa que conquistamos.

Então, pensei sobre o telespectador, o cidadão brasileiro, o que ele acha de tudo isso. O deputado veio aqui e criticou a realização dessa marcha que estão preparando, e isso é liberdade, assim como eles têm liberdade de fazer. E na Venezuela, estou acompanhando pelo *twitter*, estão na rua criticando um governo, e os mesmos, que são contra as manifestações que estão previstas aqui no Brasil, dizem que lá é golpe. Então, é interessante, cada cabeça uma sentença.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside essa sessão.

Srs. deputados, todos que nos ouvem na TVAL.

Gostaria também de referendar a posse na ADVB, deputado Reno Caramori, de um grande amigo, o empresário de Criciúma Guido Búriço. Se possível, participaremos logo mais da posse da ADVB.

Quero, deputado Kennedy Nunes, cumprimentar o prefeito Ronaldo Pereira, que é um grande amigo do povo evangélico, lá do Balneário Gaivota. Também o secretário de Administração, nosso amigo e administrador Jeferson Raupp, que estão em Florianópolis tratando de assuntos de interesse do Balneário Gaivota.

Isso é muito importante, o Ronaldo tem feito uma gestão diferenciada naquele balneário, teve agora uma temporada de veraneio excepcional e muito disso se deve aos trabalhos e à organização da prefeitura de Balneário Gaivota.

Cumprimento e agradeço por estarem nos prestigiando no plenário, neste momento.

Eu quero, na manhã de hoje fazer um convite a todos que nos assistem pela TVAL e daqui da Assembleia, aos senhores deputados para participar no dia de amanhã do 3º Seminário Estadual da Síndrome de Down. É um trabalho que está sendo organizado pelo nosso gabinete em parceria com a Escola do Legislativo, com a comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e com o apoio da Presidência desta Casa.

Esse seminário já está na sua terceira edição e sempre trazendo à luz novos conhecimentos sobre a síndrome de Down. No Brasil, deputado Kennedy Nunes, todos os anos nascem oito mil bebês com síndrome de Down, que não é uma doença, mas apenas uma alteração num cromossomo que não é impeditivo, de forma nenhuma, que as pessoas, as famílias, possam viver com qualidade.

Nós adotamos esta bandeira em nosso mandato para promover através das pessoas com *Down* debate, inclusão social, mas, acima de tudo, trazer novos conhecimentos da pesquisa, da educação para subsidiar as instituições catarinenses que trabalham com síndrome de *Down* e agregar

mais conhecimento porque entendemos que à medida que se tem mais conhecimento, reduzimos o preconceito e aumentamos a inclusão.

Já temos neste momento no *site* da Assembleia mais de trezentas pessoas inscritas no seminário, e queremos fazer um chamamento desta tribuna aos psicólogos, profissionais, professores, instituições que trabalham a inclusão, que trabalham a questão da síndrome de *Down*, familiares, pessoas com *Down* para que possam estar amanhã de manhã no auditório Antonieta de Barros recebendo todas essas instituições para mais um dia de debate, de conhecimento de informação. Também haverá apresentação de vários *cases* de sucesso de pessoas portadoras da síndrome de *Down*, em Santa Catarina.

Teremos apresentações artísticas de pessoas com *Down*, lançamento de um livro cujo autor é pai de uma criança com *Down*, de Balneário Comboriú, relatando a experiência dele e de outros profissionais no tratamento, no preparo, no auxílio das pessoas com *Down*. Também teremos a presença de uma apresentadora da TV Brasil que tem síndrome de *Down*, apresentações artísticas e também profissionais do ministério da Saúde, médicos geneticistas, psicólogos, todos trazendo novos conhecimentos sobre essa síndrome.

A Assembleia Legislativa tem contribuído com isso no sentido de trazer mais conhecimento, de proporcionar um fórum de debate sobre essa questão. E quero aqui em nome de meu gabinete, de todas as pessoas envolvidas, da Escola do Legislativo fazer este convite no dia de hoje. A inscrição é gratuita para que possam estar juntas, pois quanto mais pessoas tiverem conhecimento, será melhor auxiliar as pessoas com *Down* para que busquem a sua autonomia, pois o que se quer? Que a pessoa seja autônoma, possa trabalhar, estudar, namorar, conquistar o seu espaço de trabalho, viver sozinha, viajar, etc. Mas para isso, temos que percorrer o caminho, deputado Kennedy Nunes, do conhecimento.

Logo ao nascer, se a criança for orientada com uma boa assistência à saúde, educacional, do sistema público, e se as nossas empresas receberem essas pessoas de braços abertos, elas poderão ter uma vida independente. Ninguém é igual! Todos nós somos diferentes, a maneira de olhar é vai fazer a diferença.

Temos que preparar a sociedade catarinense, que é um povo honesto, trabalhador, digno, diferenciado para saber olhar às pessoas com síndrome de *Down* com um novo olhar e aproveitar o potencial que eles têm na sociedade.

Existem empresas, em Santa Catarina e aqui na Grande Florianópolis, que têm dado oportunidade a essas pessoas, e não têm se arrependido. Há um setor de uma companhia que trabalha com eletroeletrônicos que tem cinco pessoas com síndrome de *Down* e não querem trocá-los porque a aptidão que possuem é diferenciada com relação à de outros cidadãos ditos normais. Isso nos orgulha.

Amanhã vamos, através de um vídeo, mostrar essas experiências nas empresas. O grande passo na área da inclusão social agora é abrir o mercado de trabalho para essas pessoas. Por isso esse seminário é muito importante e estratégico. Quero convidar todos que nos assistem para, amanhã, a partir das 8h30, no auditório Antonieta de Barros, participar do 3º Seminário Estadual sobre Síndrome de *Down*.

Quero aproveitar também este espaço para em nome da bancada progressista parabenizar ao município de Turvo, na pessoa

do prefeito Ronaldo, que hoje está completando 65 anos de emancipação política. É uma cidade diferenciada, das suas várzeas brota o arroz nosso de cada dia. Turvo é a capital da mecanização agrícola, um grande produtor de arroz, que aquece a economia catarinense.

Com seus 12.300 habitantes, é uma cidade pequena, mas empreendedora que faz do agronegócio a sua principal atividade, que muito orgulha a nós todos. Município de uma gente trabalhadora, com uma terra fértil de onde brota o arroz, que alimenta a catarinenses e brasileiros.

Falando em arroz, quero mais uma vez desta tribuna fazer um apelo ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para que reveja, o mais breve possível, o termo de cooperação técnica firmado entre o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina com relação à reserva legal.

Aprovamos aqui o Código Ambiental Catarinense, e os agricultores, as pessoas que precisam procurar um cartório para transmitir a posse de uma terra estão sendo obrigadas a fazer o registro da reserva legal que já foi abolido pelo Código Ambiental Nacional e também estadual. Estamos aguardando o Tribunal de Justiça revogar um termo de cooperação técnica para que a partir daí os cartórios tenham a liberdade, nas mais de duas mil escrituras no estado que estão no aguardo dessa posição, de fazer a transmissão de posse de área de terra sem a exigência da averbação da reserva legal.

O governo do estado já está preparando seus técnicos para a questão do cadastro único. É preciso também que o ministério do Meio Ambiente regulamente em nível nacional isso para que possamos aí, sim, ter plena execução do Código Ambiental Nacional e Catarinense.

Faço então um apelo para que tanto o ministério do Meio Ambiente como o Tribunal de Justiça pense nos agricultores que precisarão fazer financiamento para plantar a safra de 2014 e estarão impedidos apenas por uma questão burocrática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A minha pretensão seria fazer uma fala diferente, mas temos que atualizar os acontecimentos. Então, faço um apelo a dois órgãos de governo, o federal e o estadual, tendo em vista o recebimento de documentos, recortes de jornais e correspondência.

(Passa a ler.)

"Câmara de Vereadores de Calmon
Ofício escrito pelo vereador e presidente, Giovani Gregório e pelo vereador Alcebiades dos Anjos e outros srs. vereadores.

Pelo presente, estamos solicitando atenção especial do sr. deputado Reno Caramori para a instalação da agência do Banco do Brasil - BESC -, neste município. Uma vez que toda a estrutura já está instalada desde 2012, porém não colocam em funcionamento o atendimento à comunidade.

Atualmente Calmon conta com atendimento bancário somente duas horas por semana, com atendimento às quintas-feiras, das 10h às 12h; nos demais horários a população não tem sequer caixa eletrônico disponível, tendo que se deslocar para municípios vizinhos para efetuar serviços bancários.

Salientamos, ainda, que o posto atual de atendimento está com um aparelho muito antigo e em péssimas condições de uso,

causando queda de sistema constantemente, deixando a população sem atendimento."

Eu quero fazer um apelo ao Banco do Brasil, e estou encaminhando um requerimento, já na próxima semana, à superintendência Regional de Santa Catarina, para que revejam o caso. Nós temos aqui uma foto das instalações que estão lá há mais de dois anos. Segundo eles, quatro anos iniciaram essa possibilidade de instalar, apenas não estão instalando.

Então, fazemos um apelo para que a sociedade de Calmon seja atendida. Lá temos empresários, comerciantes, é um município com quase quatro mil habitantes e não é possível que tenha atendimento bancário somente uma vez por semana e por duas horas. Portanto, nós fazemos esse apelo.

Queremos também registrar o convite que recebemos, dos mesmos vereadores, para participar de uma audiência pública para o fornecimento de energia elétrica para o município de Calmon.

Há praticamente dois anos viemos insistindo junto à Celesc, lembrando dos problemas que estão acontecendo no município de Calmon e Matos Costa. Portanto, a comunidade não aguentou mais e resolveu convocar uma audiência pública assinada por todos os srs. vereadores. Por iniciativa do vereador Giovani, serão convocados, deputado Neodi Saretta, os responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica da região. Tenho certeza de que o presidente Cleverson talvez não tenha conhecimento da real situação que estão passando os calmonenses e os moradores de Matos Costa, mas conhecemos o problema de cadeira e fazemos um apelo. Farei uma visita ao presidente Cleverson, na próxima semana, mostrando a situação daquela gente. Existem empresários que já estão fechando as suas fábricas, paralisando as suas atividades. Nós temos lá um grande fornecimento de ovos galados para a produção de pintos e que estão sofrendo as consequências, perdendo grande parte da produção, inclusive as matrizes estão morrendo pelo excesso de calor, porque não tem ventilação. Um transtorno violento que está sendo criado naquele município. Mas tenho certeza, meus amigos, de que na próxima semana trataremos sobre esses assuntos, junto ao Banco do Brasil e junto à diretoria da Celesc. O município de Calmon faz parte da minha vida, tanto lutamos por ele. A situação em que se encontram aquela comunidade, o comércio, perdendo mercadorias, produtos pelo descongelamento, enfim, toda a sociedade perde com isso. Por isso, faço esse apelo à direção da Celesc e ao Banco do Brasil.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, gostaria de parabenizá-lo por abordar estes assuntos e dizer que me solidarizo nos dois casos.

E no caso específico das quedas de energia elétrica, da Celesc, trouxe há alguns dias o caso da mortandade de frangos, que foi enorme num aviário, inclusive a avicultura já tem uma crise de preço tendo em vista essas constantes quedas de energia elétrica, como acontece no meio-oeste com frequência.

Assim, espero que através dessa ação de v.exa. e da ação que a Celesc vai desenvolver, possamos realmente resolver esse problema, porque a queda de energia elétrica causa um transtorno muito grande para todos como v.exa. mencionou e, principalmente, para os criadores de frango. Então, quero me solidarizar e dizer que estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Agora, temos outro fator: a incompreensão dos nossos reflorestadores. A rede passa no meio, quase que na sua totalidade de reflorestamento, e por isso, faço o apelo aos empresários de reflorestamento que respeitem as faixas de domínio da rede. Com esses temporais que tem acontecido o pinus é uma madeira com facilidade de lascar e a sua copada muitas vezes, frequentemente bate na rede e caem os alimentadores, e tem que passar a rede no meio dos pinus para descobrir onde está o problema.

Então, peço a compreensão dos nossos empresários que reflorestam para que respeitem para que não ocorra mais

isso. Nós sabemos do problema de Santa Cecília, já ocorreram várias vezes, temos lá o frigorífico do vale sofrendo consequências muito grandes, conversamos com o presidente da Celesc que disse que o problema será solucionado, mas também dependemos do bom senso dos nossos madeireiros, empresários que mantêm o reflorestamento. Pode-se plantar em baixo milho, feijão, colocar boi, não tem problema algum, os problemas são as árvores que quando tombam atingem a rede.

Por isso, temos essa preocupação e óbvio que a Celesc tem a responsabilidade na fiscalização, pois se tudo mundo fizer sua parte, temos certeza de que melhorará muito a situação do nosso catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h30, na cidade de Itajaí, em comemoração aos 50 anos da Univali - Universidade do Vale do Itajaí.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

OBJETO: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO E LEITO, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÃO BAÚ, POR DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC.

DATA: 13/05/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de maio de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

(Republicado por incorreção)

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 066/14

Of. UEB-SC Nº 035/14 Florianópolis, 11 de abril de 2014 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da União dos Escoteiros do Brasil - Região de Santa Catarina, em Joinville, referente ao exercício de 2013.

Nadir Antonio Mussio
Diretor Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 067/14

OfÍCIO 048/2014 Papanduva, 16 de abril de 2014 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Papanduva, referente ao exercício de 2013.

Jussara Soares da Rosa Maron
Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 068/14

OfÍCIO 05/2014 Joinville, 10 de abril de 2014 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Banco de Olhos, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Julio César Vieira
Gestor Administrativo

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 069/14

OFÍCIO - 109/2014

Florianópolis, 22 de abril de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Sandra Aparecida Piaia
Gerente Administrativa

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/14

*** X X X ***

GABINETE DO DEPUTADO

SARGENTO AMAURI SOARES

Ofício GAL Nº 022/2014

Florianópolis, em 25 de março de 2014

Ao Senhor

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Presidente da ALESC, em exercício

Florianópolis - SC

Assunto: Indicação de representante das Bancadas do Bloco do PSOL, PTB, PCdoB e PPS para CPI

Senhor Presidente,

Os deputados Angela Albino, Narcizo Parisotto, Sandro Silva e Sargento Amauri Soares, representantes das bancadas do PCdoB, DEM, PPS, PSOL, indicam o Deputado Sargento Amauri Soares - PSOL, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará irregularidades junto à aquisição de terreno pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Nestes termos, pedem deferimento.

Atenciosamente,

Deputada Angela Albino
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Sandro Silva
Deputado Amauri Soares

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1415

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza concessões de uso remuneradas de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra".

Florianópolis, 16 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 07/14 Florianópolis, 23 de janeiro de 2014.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a conceder às empresas selecionadas por meio de processos licitatório, pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso oneroso de uma área de aproximadamente 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados), localizada próxima aos Peraus da Serra do Rio do Rastro, no Município de Bom Jardim da Serra, parte da área matriculada sob os nºs 1.275, 2.534 e 2.505 no Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim e cadastrado sob o nº 03340 na Secretaria Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo permitir a exploração, por terceiros, de lojas, quiosques, restaurantes, lanchonetes, estacionamentos, áreas esportivas, equipamentos e estruturas para prática de turismo de aventura, de observação e contemplação aérea, lazer e educação ambiental, visando fomentar o potencial turístico do Município de Bom Jardim da Serra, conforme Plano Diretor a ser estabelecido.

O Projeto Rio do Rastro Aventura, assim denominado, será um marco numa das mais belas regiões da Serra Catarinense, localizado nas bordas da Serra do Rio do Rastro, a mais de 1.400 metros da altitude. Caracteriza-se como complexo turístico composto de equipamentos para prática do Turismo de Aventura, Contemplação aéreas e ações de Educação Ambiental.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

DERLY MASSAUD ANUNCIÇÃO

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 110.6/2014

Autoriza concessões de uso remuneradas de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, o uso oneroso de uma área de aproximadamente 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados), que é parte do imóvel localizado próximo aos peraus da Serra do Rio do Rastro, no Município de Bom Jardim da Serra, matriculado sob os nºs 1.275, 2.505 e 2.534 no Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim e cadastrado sob o nº 03340 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

§ 1º As concessões de que trata o *caput* deste artigo devem ser precedidas de licitação.

§ 2º Cabe à SEA promover os procedimentos licitatórios às concessões onerosas, sob a supervisão do titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, respeitados o interesse público e o plano diretor para o complexo turístico localizado no Município de Bom Jardim da Serra.

§ 3º O plano diretor de que trata o § 2º do *caput* deste artigo deverá ser elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), sob a coordenação do titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

§ 4º Serão exigidos dos concessionários, como pré-requisitos para a habilitação no procedimento licitatório, os estudos ou relatórios de impacto ambiental e as licenças ambientais para as atividades e os empreendimentos relacionados às concessões de que trata esta Lei, nos termos da legislação em vigor.

§ 5º Para os fins desta Lei, a SEA e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim poderão adotar o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) conforme disposto no Decreto nº 962, de 8 de maio de 2012, com vistas à delimitação de custos, benefícios, prazos, projetos, estudos, levantamentos, soluções tecnológicas e pesquisas, como também o melhor escopo para o complexo turístico de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 2º As concessões de que trata esta Lei têm por finalidade permitir aos concessionários a exploração de lojas, quiosques, restaurantes, lanchonetes, estacionamentos e áreas esportivas, bem como de equipamentos e estruturas para a prática de turismo de aventura, a observação e contemplação aérea, o lazer e a educação ambiental.

Parágrafo único. Outras permissões poderão ser estabelecidas no plano diretor de que trata o § 2º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Findas as razões que justificam quaisquer das concessões de uso, bem como vindo o Estado a necessitar, total ou

parcialmente, da área de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei, ocorrerá a reversão imediata ao patrimônio do Estado.

Art. 4º A reversão antecipada poderá ocorrer por descumprimento das obrigações ou das responsabilidades dos concessionários ou ao término do prazo das concessões de uso.

§ 1º Nos casos de reversão imediata ou antecipada, o imóvel reverterá à posse do Estado, assim como as benfeitorias nele realizadas e os equipamentos de que trata o art. 2º desta Lei ficarão definitivamente incorporados ao patrimônio público estadual, não cabendo ao concessionário qualquer indenização.

§ 2º As hipóteses de direito à indenização aos concessionários, nos casos de reversão imediata ou antecipada por parte do Estado por motivo de interesse público, deverão ser previamente estabelecidas no procedimento licitatório e em contrato.

Art. 5º No caso de reversão imediata ou antecipada compete à SEA proceder à vistoria do imóvel.

Parágrafo único. O concessionário será responsabilizado por danos de qualquer natureza, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Caberá à SEA definir no edital de licitação os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes, com vistas à preservação do interesse público.

§ 1º As concessões de que trata esta Lei deverão assegurar a execução e o gerenciamento de todas as atividades necessárias à manutenção do complexo turístico localizado no Município de Bom Jardim da Serra, de forma a garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

§ 2º Compete à SEA e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim a fiscalização da execução dos serviços e dos ajustes contratuais.

Art. 7º Serão de responsabilidade dos concessionários os projetos, os licenciamentos, os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução das finalidades desta Lei.

Parágrafo único. Também serão de responsabilidade dos concessionários todas as despesas decorrentes da construção, da conservação, da segurança e dos tributos, bem como os encargos civis e administrativos que venham a incidir sobre o imóvel decorrentes das concessões de uso.

Art. 8º Os concessionários, sob pena de imediata reversão, não poderão:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com as concessões de uso;
- II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou
- III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias às finalidades propostas.

Art. 9º Enquanto durarem as concessões de uso, os concessionários defenderão o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 10. A fim de assegurar a adequada utilização da área de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais, poderá o Poder Executivo, a qualquer tempo, intervir nas concessões de uso.

Art. 11. Os recursos provenientes das concessões de uso de que trata esta Lei deverão constituir receitas do Fundo Patrimonial, instituído pela Lei nº 14.278, de 11 de janeiro de 2008, e vinculado à SEA, geridas e aplicadas conforme suas diretrizes.

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da SEA.

Art. 13. O Estado será representado nos atos de concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 111/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1423

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de

lei que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011".

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 121/14

Florianópolis, 09 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de Lei que visa à alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012/2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, e alterado pelas Leis nº 15.943, de 21 de dezembro de 2012 e nº 16.286, de 20 de dezembro de 2013.

A presente alteração torna-se necessária para viabilizar a transferência de subações vinculadas à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, para a unidade orçamentária Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECEP/SC, a ser criada no Orçamento do Estado.

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO

26001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

R\$ 1,00

PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	REDUZIDO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012563 Implantação de centros regionais de trabalho, emprego e renda	7.788.478	7.788.478	0
012564 Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo alimentos	6.038.646	5.803.517	235.129
012567 Aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de assistência social	2.743.130	2.743.130	0
012568 Aquisição de veículos - SST	8.302.485	641.581	7.660.904
012614 Construção de centros dia para idosos	3.813.930	3.813.930	0
012616 Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	25.434.126	15.463.571	9.970.555
012617 Construção de centro de referência especializado de assistência social - CREAS	14.333.560	12.620.244	1.713.316
012622 Reestruturação de escola de ofício - SST	2.193.291	2.193.291	0

SUPLEMENTAÇÃO

26096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

R\$ 1,00

PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	SUPLEMENTADO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012738 Implantação de centros regionais de trabalho, emprego e renda - FECEP	0	7.788.478	7.788.478
012739 Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo alimentos - FECEP	0	6.038.646	6.038.646
012740 Aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de assistência social - FECEP	0	2.743.130	2.743.130
012741 Construção de centros dia para idosos - FECEP	0	3.813.930	3.813.930
012743 Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - FECEP	0	17.705.707	17.705.707
012744 Construção de centro de referência especializado de assistência social - CREAS - FECEP	0	10.784.560	10.784.560
012742 Reestruturação de escola de ofício - FECEP	0	2.193.291	2.193.291

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1424

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a criação de unidade orçamentária e a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP/SC)".

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/14

Desta forma observa-se o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011.

Assim, por se tratar de ajuste importante para continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 111.7/2014

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, constante do Anexo Único da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

da Assistência Social, Trabalho e Habitação para a unidade orçamentária Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Para efetuar a alteração pretendida serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao programa de trabalho da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a implementação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 112.8/2014

Autoriza a criação de unidade orçamentária e a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP/SC).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar unidade orçamentária e abrir crédito especial no valor de R\$ 51.067.741,45 (cinquenta e um milhões, sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP/SC), conforme a programação discriminada no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas na programação discriminada no Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO I

Ano Base: 2014

Ato Normativo 2014AN000385

Órgão 26000 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Unidade Orçamentária 26001 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Subação Aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de assistência social

Código 08.122.0101.1238.012567

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.52 (0.1.91) Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.743.130,00

Subação Aquisição de veículos - SST

Código 08.122.0101.1237.012568

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.52 (0.1.91) Equipamentos e Material Permanente R\$ 641.581,00

Subação Construção de centro de referência especializado de assistência social - CREAS

Código 08.244.0101.2153.012617

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 12.620.244,00

Subação Construção de centros dia para idosos

Código 08.244.0101.2151.012614

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 3.813.930,00

Subação Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

Código 08.244.0101.2153.012616

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 15.463.571,00

Subação Implantação de centros regionais de trabalho, emprego e renda

Código 11.333.0101.1233.012563

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 7.788.478,00

Subação Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo alimentos

Código 08.122.0101.1241.012564

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 5.803.516,45

Subação Reestruturação de escola de ofício - SST

Código 08.334.0101.2175.012622

4 Despesas de Capital

44 Investimentos

44.90 Aplicações Diretas

44.90.51 (0.1.91) Obras e Instalações R\$ 2.193.291,00

Total R\$ 51.067.741,45

ANEXO II

Ano Base: 2014

Ato Normativo 2014AN000385

Órgão 26000 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Unidade Orçamentária 26096 Fundo Est. de Combate e Erradicação da Pobreza

Subação Aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de assistência social - FECEP

Código

4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.52 (0.1.91)	Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.743.130,00
Subação	Construção de centro de referência especializado de assistência social - CREAS - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 10.784.560,00
Subação	Construção de centros dia para idosos - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 3.813.930,00
Subação	Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 17.705.707,00
Subação	Implantação de centros regionais de trabalho, emprego e renda - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 7.788.478,00
Subação	Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastecimento consumo alimentos - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 6.038.645,45
Subação	Reestruturação de escola de ofício - FECEP
Código	
4	Despesas de Capital
44	Investimentos
44.90	Aplicações Diretas
44.90.51 (0.1.91)	Obras e Instalações R\$ 2.193.291,00
Total	R\$ 51.067.741,45

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 047/2014**

Declara de utilidade pública a Associação Amigos de São Martinho, de Siderópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos de São Martinho, com sede no Município de Siderópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 303/2013

Declara de utilidade pública o Grupo Voluntário de Busca e Salvamento GERAR (GVBS GERAR), de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Voluntário de Busca e Salvamento GERAR (GVBS GERAR), com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 387/2013

Denomina Lussa Librelato a Rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, de Jaguaruna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Lussa Librelato a Rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, no Município de Jaguaruna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 441/2013

Denomina Ricardo Sell Wagner, o Aeroporto Regional de Correia Pinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Ricardo Sell Wagner, o Aeroporto Regional de Correia Pinto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***